



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE REGUENGOS DE
MONSARAZ

2016

RELATÓRIO
E
CONTAS



Índice

1. MENSAGEM DA MESA ADMINISTRATIVA	2
2. CONVOCATÓRIA	3
3. CORPOS SOCIAIS.....	4
4. MISSÃO, VISÃO E VALORES	4
5. AS ASSEMBLEIAS GERAIS E A IRMANDADE	5
6. O MOVIMENTO DA IRMANDADE	5
7. RELATÓRIO DE ATIVIDADES.....	6
8. CLIENTES.....	28
9. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2016	33
10. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	46
11. PROPOSTA	73



1. MENSAGEM DA MESA ADMINISTRATIVA

Prezados Irmãos,

Nos termos do Compromisso, a Mesa Administrativa submete à vossa apreciação, discussão e votação o presente relatório e contas de 2016, o qual, em conformidade com o mesmo Compromisso e com do artigo 12º do Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 64/2013, de 13 de maio, incorpora respetivamente o «*Parecer*» do Definitório e a «*Certificação legal de Contas*» do Revisor Oficial de Contas.

Com este relatório e contas pretende-se colocar à disposição da Irmandade toda a informação que permita a correta avaliação do desempenho da Santa Casa da Misericórdia de Reguengos de Monsaraz, durante o ano de 2016.

Este documento não exprime a vida e a dinâmica da Santa Casa da Misericórdia de Reguengos de Monsaraz pois, há aspetos impossíveis de transmitir por palavras, pela sua profundidade na relação com as pessoas e pelos valores que os seus dirigentes, trabalhadores e voluntários, imprimem em cada uma das suas ações.

O ano de 2016 constituiu mais uma etapa no percurso de 155 anos de vida da Instituição, nas suas diferentes dimensões, prosseguindo as suas atividades, ações, iniciativas, com maior ou menor impacto, com maior ou menor visibilidade mediática, numa perspetiva de responder aos problemas sociais.

Finalmente, a Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Reguengos de Monsaraz agradece reconhecidamente a todos quantos, durante o ano de 2016, colaboraram com a Instituição, em especial, aos nossos irmãos, órgãos sociais, entidades e organismos parceiros, trabalhadores e voluntários.

Reguengos de Monsaraz, 23 de março de 2017.



2. CONVOCATÓRIA

CONVOCATÓRIA

Maria de Fátima dos Santos Rosado Marques, Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia de Reguengos de Monsaraz:

Ao abrigo do n.º 1 do artigo 23.º do COMPROMISSO da Santa casa da Misericórdia de Reguengos de Monsaraz, **convoco** todos os irmãos para uma «sessão ordinária» da **Assembleia Geral**, a realizar no dia **30 de março de 2017** (quinta-feira), pelas **21:00 horas**, na sala de sessões do edifício-sede, sito na Av. Dr. António José de Almeida, 14, em Reguengos de Monsaraz, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - LEITURA E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR;
- 2 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO RELATÓRIO E CONTAS DE 2016;
- 3 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS;
- 4 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONVERSÃO DE UM EMPRÉSTIMO BANCÁRIO DE CURTO PRAZO EM MÉDIO PRAZO;
- 5 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO BANCÁRIO DE CURTO PRAZO, PARA OPERAÇÕES DE TESOURARIA;
- 6 - INFORMAÇÕES.

A Assembleia Geral reúne à hora marcada, se estiver presente mais de metade dos irmãos com direito de voto, ou 30 minutos depois, com qualquer número de presenças, nos termos do n.º 1 do artigo 24.º do COMPROMISSO.

Santa Casa da Misericórdia de Reguengos de Monsaraz, 6 de março de 2017.

A Presidente da Mesa da Assembleia Geral,

M. Rosado Marques



3. CORPOS SOCIAIS

ASSEMBLEIA GERAL

PRESIDENTE: **Maria de Fátima Santos Rosado Marques**
VICE-PRESIDENTE: **Saul Lopes Quintas**
SECRETÁRIOS: **Francisco José Tomé Gamado**
João Carlos Serra Amante

DEFINITÓRIO

PRESIDENTE: **Francisco Reis Calaco**
VOGAIS: **José Francisco Marouvas Serrano**
Carlos Jorge Cartaxo da Conceição

MESA ADMINISTRATIVA

PROVEDOR: **Manuel António Conde Galante**
VICE-PROVEDOR: **Vasco Botas Rosado (renunciou ao mandato em 14 de setembro de 2015)**
SECRETÁRIO: **Fernando Manuel Calixto Quintas**
TESOUREIRO: **António Henrique dos Santos Batista**
VOGAL: **José Alberto Santos Lameira**

4. MISSÃO, VISÃO E VALORES

Missão:

Inspirada na doutrina e moral cristã, a SCMRM compromete-se a agir com rigor e dedicação em prol do desenvolvimento integral do Ser Humano.

Visão:

No desenvolvimento da Missão, a SCMRM assume-se como um agente dinâmico, através de um complexo de respostas sociais que vão ao encontro das atuais e futuras necessidades da comunidade em todas as suas vertentes, baseando a sua atuação no respeito, na disponibilidade e responsabilidade com vista a alcançar uma sociedade mais justa, igualitária e solidária.

Princípios e Valores:

Os valores constituem o quadro de referência que deve orientar a atuação da SCMRM no cumprimento da sua missão:

- **Respeito pela dignidade da pessoa;** sendo que cada ser humano é sempre único, detentor de direitos e deveres e é o foco da nossa intervenção.
- **Solidariedade;** comprometemo-nos na construção de práticas sociais para o desenvolvimento das relações humanas sustentadas numa cultura de justiça e paz.
- **Ética;** sentido de responsabilidade, idoneidade e transparência nas relações com os clientes, famílias, colaboradores e comunidade.
- **Qualidade;** fazer e fazer bem. Promovendo a melhoria contínua da ação do universo institucional com vista à satisfação de todos os intervenientes e comunidade.
- **Confidencialidade;** assumir uma atitude de respeito pela privacidade e individualidade de cada um, mantendo o sigilo e o zelo profissional.



- **Igualdade;** respeitar todos de igual forma, independentemente do género, classe social, disponibilidade financeira, relação de parentesco, país de origem e identidade religiosa, respeitando o direito á diferença.

5. AS ASSEMBLEIAS GERAIS E A IRMANDADE

Nos termos do Compromisso, a Assembleia-Geral reuniu duas vezes:

- a) Uma em março para apreciação e votação do Relatório e Contas de 2015.
- b) Uma em novembro, para apreciação e votação da Conta de Exploração Previsional e Plano de Atividades para o exercício de 2017.

6. O MOVIMENTO DA IRMANDADE

Quadro n.º 1

Irmãos	2014	2015	2016
Em 1 de JAN	367	372	364
Admitidos	8	11	4
Falecidos	1	11	11
Desistências	1	8	0
Em 31 de DEZ	373	364	357



7. RELATÓRIO DE ATIVIDADES

7.1 PRINCIPAIS INDICADORES DA ÁREA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA

Quadro n.º 2 – Indicadores

Designação	Quantidade	
	2015	2016
Administração Geral		
Admissões de clientes	81	117
Elaboração de contratos de prestações de serviços	169	163
Correspondência enviada (ofícios/e-mail's)	8 186	8 321
Correspondência recebida (em papel/e-mail's)	13 291	12 074
Extração de fotocópias	55 257	56.364
Receção de candidaturas para o Lar de Idosos	20	13
Gestão Financeira		
Emissão de faturas/recibos	5 441	6 662
Emissão de ordens de pagamento	1 958	1 501
Informação à Mesa Administrativa	22	22
Recebimento ao balcão	2 393	2 848
Recebimento através de transferências bancárias	3 721	3 893
Recebimento através do Multibanco	3 866	3 898
Reconciliação bancária (movimentos)	3 431	3 706
Registo e verificação de documentos de receita/despesa	15 729	13 910
Gestão de Recursos Humanos		
Encerramento de contas de candidaturas aprovadas do IEFP	8	1
Entrevista de candidatos a trabalhadores	22	18
Entrevista de candidatos a voluntários	14	0
Elaboração de contratos de admissão de pessoal	14	9
Informação à Mesa Administrativa	55	35
Correspondência enviada (e-mail)	1 950	1 446
Registo de faltas ao serviço	251	266
Relatório único	1	1
Rescisão de contratos de trabalho	26	14
Mapa de férias	12	12
Gestão de Hardware e Software		
Assistência técnica informática	1 320	1780
Computadores montados de raiz	3	0
Formatação e atualização de Softwares nos PC's	15	18
Reparação de PC's	10	8
Manutenção e Atualização de PC's, Servidores e NAS	300	370
Manutenção de Sistemas e Terminais de Rede	80	129
Gestão de Aprovisionamento e Património		
Candidatura para investimentos	4	1
Pedido de pagamento a entidades financiadoras	0	1
Procedimento de ajuste direto para aquisição de bens e serviços	2	5
Projeto de decisão para aquisição de bens e serviços	0	2
Proposta para aquisição de bens e serviços	25	26
Faturas lançadas no programa de stocks	4 606	2 347
Documentos de saída no programa de stocks	5 984	2 840



7.2 RECURSOS HUMANOS

Num ambiente cada vez mais competitivo a sobrevivência das organizações depende muito dos seus recursos humanos, combinando as necessidades individuais com as da organização, de modo a evidenciar uma força de trabalho produtiva, estável e responsabilizada.

Para assegurar o normal funcionamento das respostas sociais, desta Instituição, desempenharam funções, durante os anos de 2014, 2015 e 2016, os trabalhadores discriminados nos gráficos que se seguem, por vínculos, categorias, habilitações literárias e rotatividade. Os dados reportam-se a 31 de dezembro de cada ano.

Gráfico n.º 1 – Vinculação

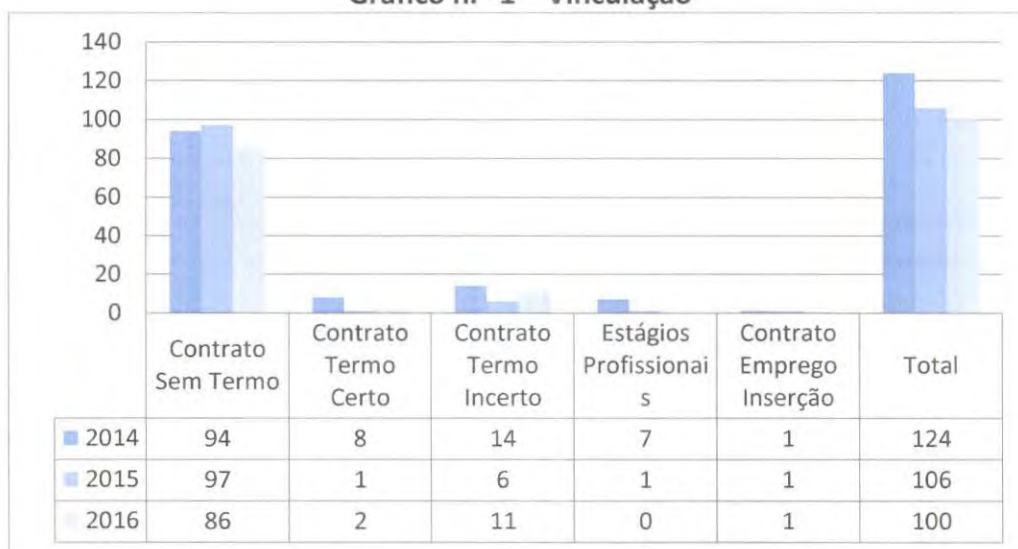


Gráfico n.º 2 – Rotatividade do quadro de pessoal

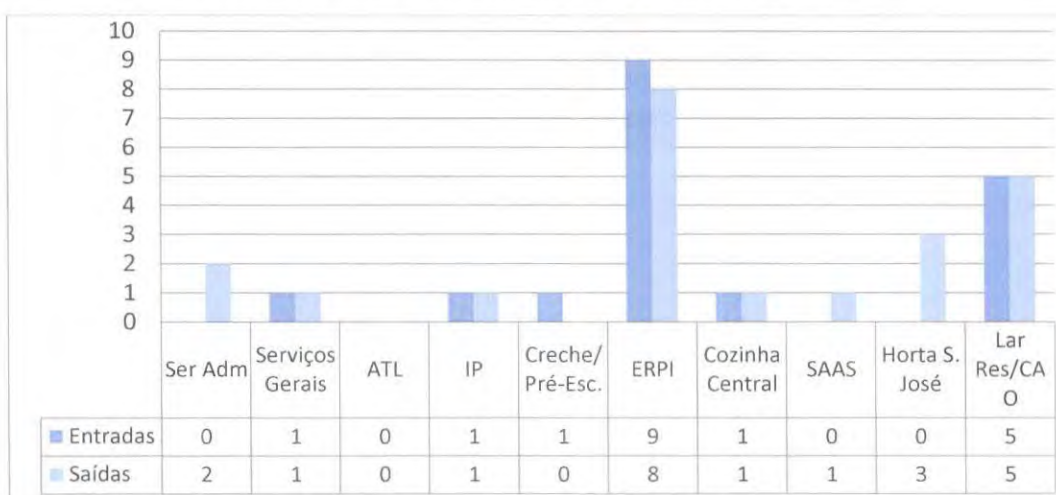




Gráfico n.º 3 - Distribuição por categorias

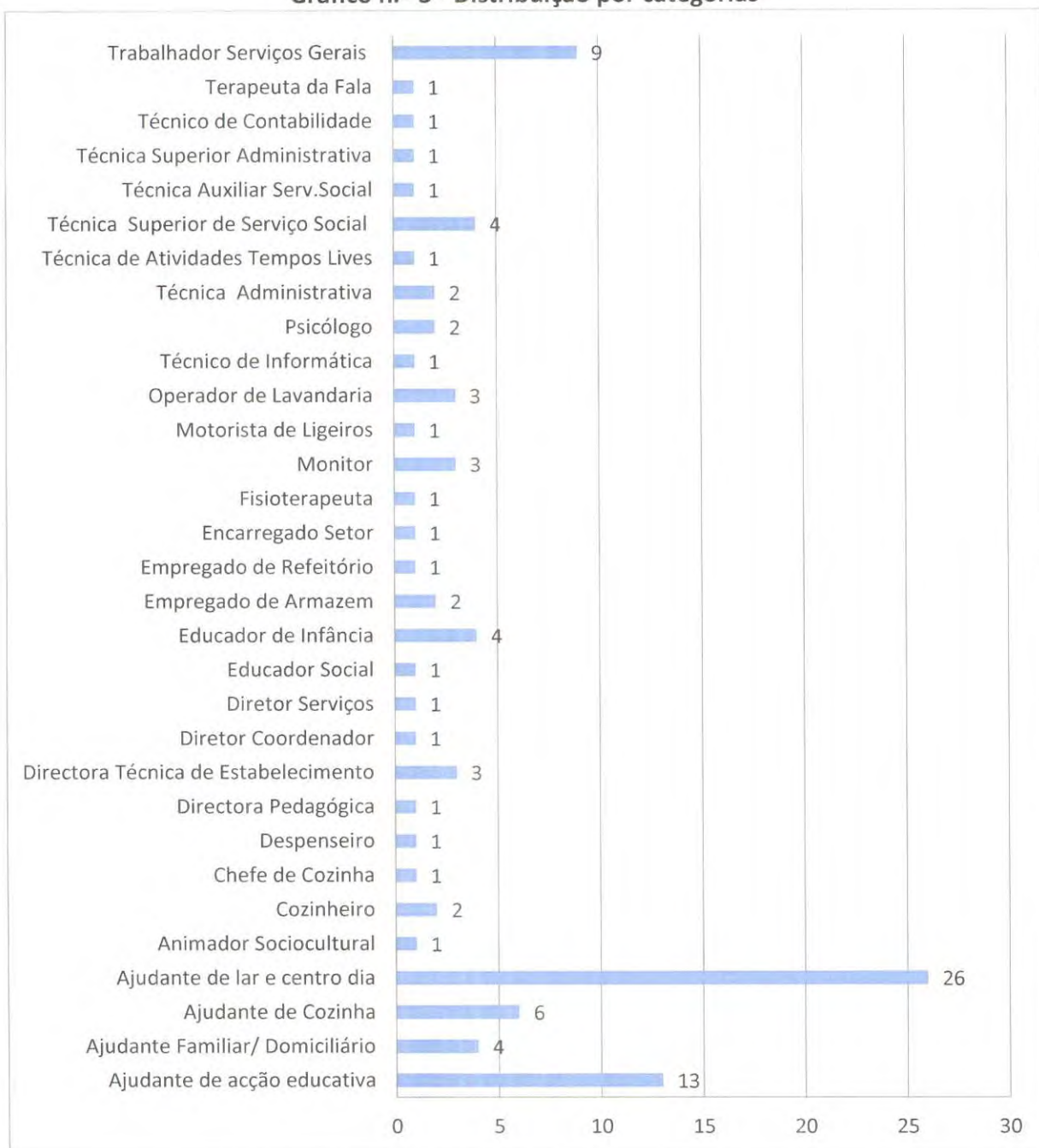
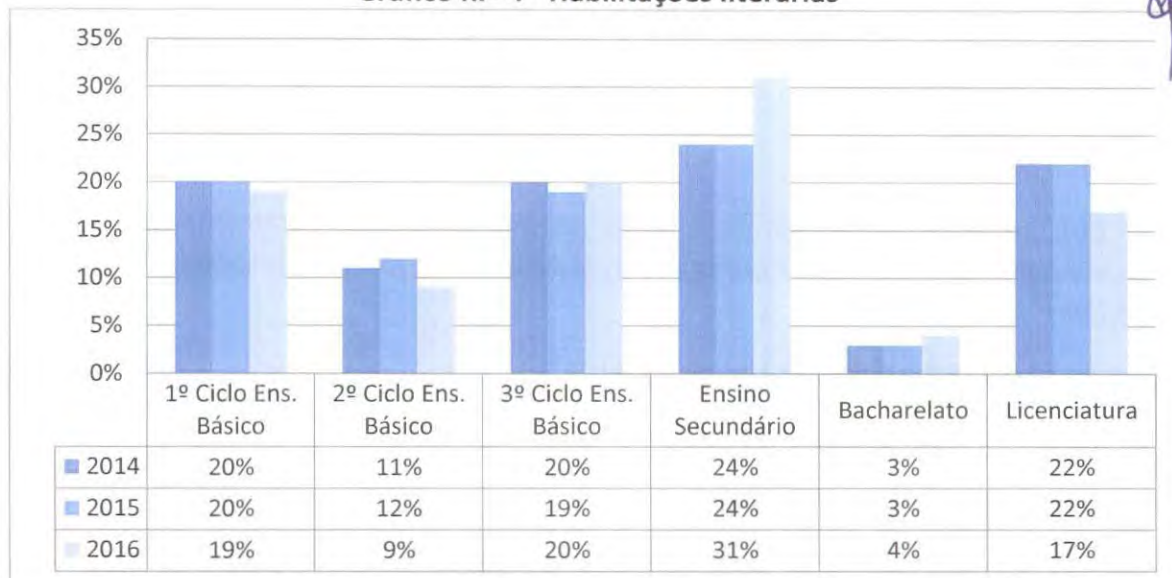


Gráfico n.º 4 - Habilitações literárias



Quadro n.º 3 - Entrevistas para recrutamento de pessoal

Resposta Social	Categoria	Tipo contrato	Entrevistas realizadas
Centro de Atividades Ocupacionais	Técnica Superior Serviço Social	Termo certo	1
Estrutura Residencial para Idosos	Ajudante de lar/Centro de dia	Sem termo	3
Estrutura Residencial para Idosos	Ajudante de lar/Centro de dia	Termo certo	3

7.3 PATRIMÓNIO

PRÉDIOS URBANOS

Lar Residencial:

Foi executado o projeto de “obras de alteração da residência para pessoas com deficiência”, no valor total de € 50.698,62, o qual foi objeto de uma candidatura ao financiamento do Fundo Rainha D. Leonor, que mereceu aprovação e consequentemente uma comparticipação financeira no valor de € 41.663,44, de cerca de 82,18%.

A referida obra teve como propósito principal o aumento da capacidade da respetiva resposta social, de 12 para 20 utentes, situação que permitiu ao Instituto de Segurança Social, I.P., alterar o Acordo de Cooperação, de 12 para 16 utentes, bem como assumir o compromisso de desenvolver as diligências necessárias com vista à inclusão dos restantes 4 utentes numa próxima revisão do Acordo de Cooperação.

Centro de Atividades de Tempos Livres:

Foi realizado o concurso para adjudicação da empreitada de “obras de adaptação/alteração de edifício a Centro de Atividades de Tempos Livres”.



A referida obra vai ser executada no edifício da antiga resposta social “*Lar de Infância e Juventude*” e tem como objetivo principal o aumento da capacidade da respetiva resposta social, de 40 para 85 utentes.

Casa Marcolino Gião:

Foram executadas obras de demolição do miradouro, em virtude deste ameaçar perigo de derrocada, bem como obras de reparação da cobertura, no espaço correspondente à referida demolição.

Habitação da Rua Mouzinho de Albuquerque:

Foi arrendada num período de sete meses.

Habitação da Rua das Áreas de Baixo:

A senhora Maria das Mercês Pinheiro Medinas, falecida no dia 1 de outubro de 2016, legou, por testamento, a esta Instituição o prédio urbano onde residia, sito na Rua das Áreas de Baixo, n.º 16, em Reguengos de Monsaraz. Contudo, sobre o referido prédio urbano existe uma hipoteca, no valor máximo (capital e acessórios) de € 21.124,09 a favor do Sr. Joaquim Manuel Almeida Carrilho, cujo processo de regularização está em curso com os herdeiros deste último. O referido prédio foi avaliado por perito oficial em novembro de 2016, tendo-lhe sido atribuído o valor de €50.000,00 para efeitos de registo contabilístico.

Praça de Touros:

Foram executadas obras de melhoramento na Praça de Touros.

Prédios Rústicos:

Foram realizados contratos de arrendamento agrícola, com a duração de sete anos (prazo mínimo), ou seja, até ao dia 31 de outubro de 2023, renovando-se automaticamente por sucessivos períodos de sete anos, enquanto os mesmos não sejam denunciados.

Os prédios arrendados e os valores das respetivas rendas anuais são os seguintes:

Prédios Rústicos	Renda Anual
– Margalha, Santa Susana, Ao Juncal e Atalaia do Meio ou Caraminhos (Colmeal)	13.500,00 €
– Herdade do Martinho ao Juncal e Herdade do Montinho-Juncal.....	7.007,00 €
– Herdade Maria Afonso.....	50.006,00 €
– Horta de S. José.....	2.500,00 €
Total...	73.013,00 €

7.4 TRANSPORTES

O serviço de transportes desempenha um papel importante na logística da Instituição, nomeadamente na mobilidade de pessoas e bens, no aprovisionamento e no apoio a diversas atividades.

Este serviço foi garantido por uma frota constituída por 14 veículos. Nas suas deslocações procurou-se minimizar os respetivos custos, promovendo, simultaneamente, o maior número de serviços para a Instituição.

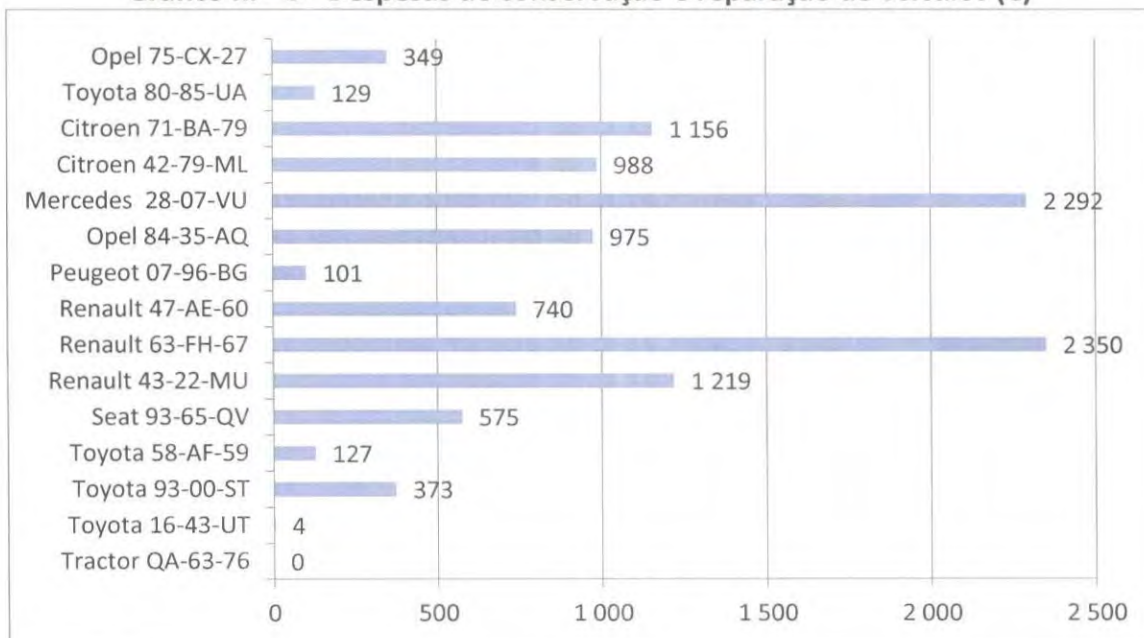
Por não satisfazerem os interesses da Instituição, foram alienados os seguintes veículos:

Veículo	Marca	Matrícula
- Ligeiro de Passageiros	Citroen	42-79-ML
- Ligeiro de Mercadorias	Opel	84-31-AQ
- Ligeiro de Mercadorias	Toyota	80-85-UA
- Trator	Ford	QA-63-76
- Reboque	...	L- 90777

No final do ano, foi adquirido um veículo ligeiro de mercadorias, em segunda mão, da marca Volkswagen, 58-OG-65, e logo adaptado ao serviço de transporte das refeições, da cozinha central para as várias respostas sociais, desta Instituição.

Nos quadros que se seguem apresentam-se os encargos de conservação e reparação, bem como os quilómetros percorridos (média mensal e total anual por veículo e o total geral anual).

Gráfico n.º 5 - Despesas de conservação e reparação de veículos (€)





Quadro n.º 4 - Quilómetros percorridos

TIPO DE VEÍCULO	MARCA	IDADE (ANOS)	MATRÍCULA	MÉDIA MENSAL (KMS)	TOTAL ANUAL 2016 (KMS)	TOTAL ANUAL 2015 (KMS)
Mercadorias de 2 lugares	RENAULT	8	63-FH-67	1 759	21 106	22 019
Passageiros de 9 lugares	CITROEN	11	71-BA-79	1 525	18 298	20 062
Passageiros de 5 lugares	RENAULT	11	47-AE-60	939	11 266	23 986
Mercadorias de 3 lugares	TOYOTA	11	58-AF-09	200	2 398	1 967
Ambulância de 9 lugares	MERCEDES	13	28-07-VU	2 533	30 395	29 173
Passageiros de 5 lugares	TOYOTA	13	16-43-UT	352	4 224	6 178
Misto Particular de 3 lugares	TOYOTA	15	93-00-ST	271	3 257	3 026
Mercadorias de 2 lugares	SEAT	24	93-65-QV	194	2 323	6 178
Passageiros de 5 lugares	CITROEN	18	42-79-ML	498	5 970	7 946
Misto de 7 lugares	PEUGEOT	22	07-96-BG	740	8 881	11 979
Mercadorias de 3 lugares	OPEL	24	84-31-AQ	146	1 747	3 631
Mercadorias de 2 lugares	RENAULT	17	43-22-MU	1 040	12 484	10 601
Passageiros de 5 lugares	Opel	9	75-CX-27	358	4 293	6 931
Mercadorias de 3 lugares	Toyota	14	80-85-UA	185	2 219	2 309
Total Geral...				10 738	128 861	155 986

7.5 RESPOSTAS SOCIAIS

Atividades intra-institucionais



Carnaval: Como habitual a SCMRM comemora o carnaval com uma matiné, onde se reúnem todos os clientes das várias respostas sociais e serviços administrativos. O objetivo desta atividade consiste, para além da comemoração da festividade, promover o convívio entre as várias gerações, facilitando o contacto, favorecendo o relacionamento e valorizando as competências de cada grupo. Nesta tarde tivemos a presença ativa, no concurso de máscaras, da creche e jardim-de-infância, do centro de atividades e tempos livres, do centro de atividades ocupacionais e do lar de idosos, todas as respostas criaram e apresentaram aos restantes uma máscara de carnaval.

Magusto: mais um ano em que se comemorou o magusto com castanhas, este ano na Estrutura Residencial para Pessoas Idosas.





Natal de clientes: Mais uma comemoração intergeracional, entre as várias respostas sociais, com lugar no auditório municipal, aberta à comunidade. Nesta festa as várias respostas sociais mostraram a sua criatividade em várias atuações desde a música até à representação.

Jantar de Natal de colaboradores: A SCMRM tem o prazer de oferecer a todos os colaboradores e membros dos órgãos sociais, assim como aos respetivos familiares, um jantar na época natalícia. Durante o mesmo, foram homenageados alguns colaboradores da instituição pelos muitos anos de serviço e dedicação ao próximo. Foram entregues a todos os presentes uma recordação de Natal elaborada pelos clientes da sala dos trapos do Centro de Atividades Ocupacional.

ÁREA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

ATIVIDADES DE TEMPOS LIVRES

O Centro de Atividades de Tempos Livres desenvolveu o projeto “Um- Dó-Li- Tá” assegurando aos seus clientes um conjunto de diversas atividades que contribuíram positivamente para o crescimento e desenvolvimento completo e harmonioso, assim como, o despertar para novos talentos e capacidades. Como tal, pretendeu-se desenvolver um projeto de qualidade e participativo, que fomentou o espírito de autonomia, cooperação, competência, iniciativa, responsabilidade e espírito crítico, privilegiando-se uma educação informal, por forma a construir-se etapas seguras no percurso de formação para a vida ativa de cada um dos seus participantes.

Durante o ano foram desenvolvidas atividades relacionadas com o tema proposto pelo Projeto Educativo “Um- Dó-Li- Tá”. Paralelamente, implementamos atividades que se relacionaram com os objetivos traçados pelo CATL.

O Centro de Atividades de Tempos Livres dinamizou 4 períodos de férias letivas muito divertidos e diversificados.

Férias de Carnaval: Matiné de carnaval, música, pinturas faciais e jogos de exterior.



Férias da Páscoa: Saídas ao parque e à biblioteca, Caça ao tesouro, atelier de culinária, piscina, desporto, estudo acompanhado e dinâmica de grupo.



Férias de Verão: Atelier de culinária, Visita de estudo ao jardim Zoológico, desporto, piscina, cinema, saídas ao parque, expressão corporal, musicomania, dinâmica de grupo, artes plásticas, estudo acompanhado e festa de final de ano letivo.



Férias de Natal: Dramatização na biblioteca, Visita aos presépios, workshop “origami”, desporto, atelier de culinária, musicomania e festa de Natal.



As datas importantes como S. Martinho, Dia do Pai, Dia da Mãe, Dia Mundial da Criança e Halloween também foram celebradas com a maior relevância.



Para além destas atividades foram desenvolvidas também atividades relacionadas com as diferentes áreas de expressão:

- a) **Expressão Plástica:** Exploração de diferentes técnicas e diferentes materiais; Desenvolver a destreza manual e a criatividade; Proporcionar novas aprendizagens;

- b) **Expressão Dramática:** Promover o desenvolvimento expressivo e artístico das crianças;
- c) **Expressão Físico-motora:** Promover o desenvolvimento físico motor da criança;
- d) **Expressão Musical:** Promover o conhecimento de alguns instrumentos e o respetivo som, e estimular a criatividade ao nível de produção sonora.



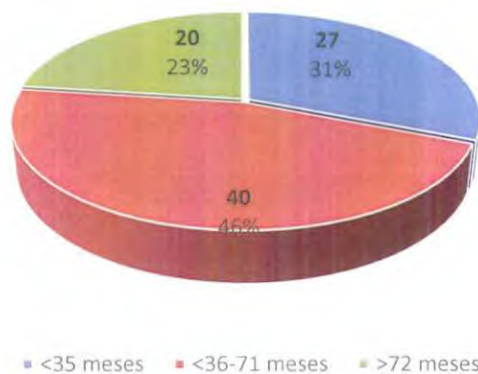
INTERVENÇÃO PRECOCE

Esta resposta social destina-se a crianças dos 0 aos 6 anos, com risco ou alteração nas funções e estruturas do corpo, ou com risco de atraso grave do desenvolvimento, e às suas famílias, provenientes do concelho de Reguengos de Monsaraz e Mourão.

A ELIRMM – Equipa Local de Intervenção de Reguengos de Monsaraz e Mourão é constituída por quatro docentes (duas para cada concelho), uma terapeuta da fala (para os dois concelhos), duas psicólogas clínicas (uma a tempo inteiro para os dois concelhos e uma a tempo parcial, para o concelho de Reguengos), duas assistentes sociais (para os dois concelhos), fisioterapeuta, (para os dois concelhos, a tempo parcial) e duas enfermeiras, uma em cada concelho, com três horas semanais).

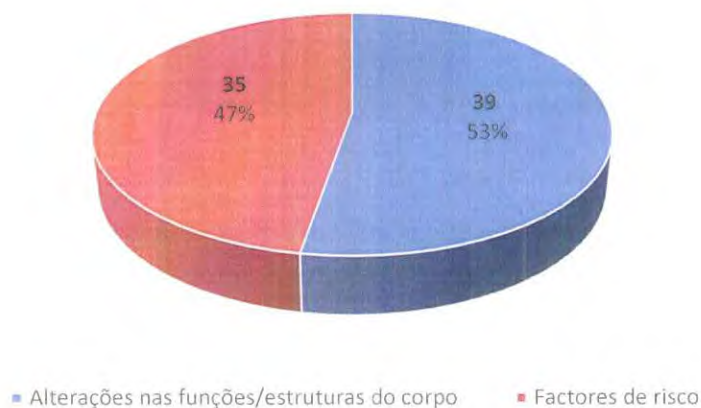
Em 2016, a ELIRMM acompanhou 87 crianças, conforme gráfico que se segue, e 73 famílias.

Gráfico n.º 6 – caracterização da população apoiada



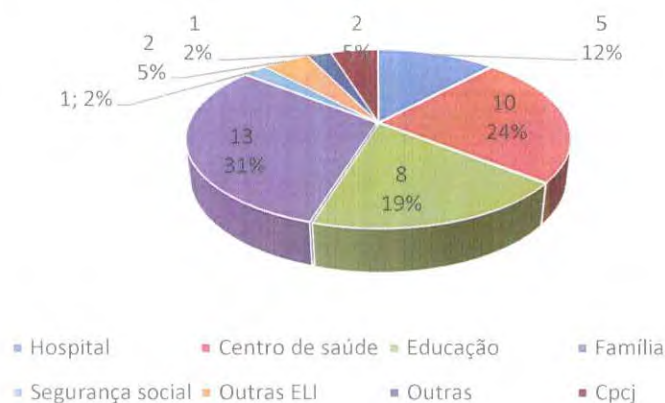
No que diz respeito à caracterização das problemáticas da criança esta divide-se em duas grandes categorias: 1) Existência de alterações nas funções/estruturas do corpo e 2) Existência de factores de risco. Verificou-se que, em 2016, houve um aumento de crianças apoiadas devido a alterações nas funções/estruturas do corpo em comparação com 2015.

Gráfico n.º 7 – caracterização das problemáticas



No que respeita às referenciações efectuadas à ELIRMM em 2016, foram efetuadas 42 e a entidade que mais referenciou foi a família.

Gráfico n.º 8 - Referenciações efectuadas as por tipo de entidade

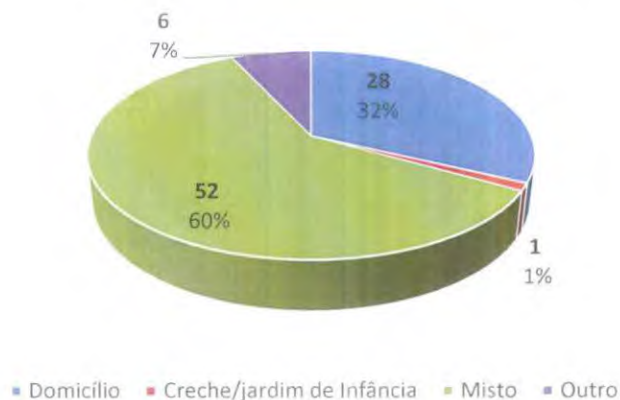


Intervir com crianças e as suas famílias no seu ambiente natural é um dos principais pilares da intervenção precoce. No que diz respeito ao local onde a intervenção ocorre, normalmente



considera-se um contexto natural qualquer local onde as crianças participem. No gráfico n.º 4 estão evidenciados os vários contextos de prestação de apoio.

Gráfico n.º 9 – Contexto de intervenção



Relativamente às famílias e crianças acompanhadas pela ELIRMM, os gráficos n.ºs 5 e 6 apresentam o número de crianças apoiadas bem como o número de apoios efetuados durante o ano de 2016, perfazendo um total de 4, 539 apoios.

Gráfico n.º 10 - Número de crianças apoiadas por especialidade

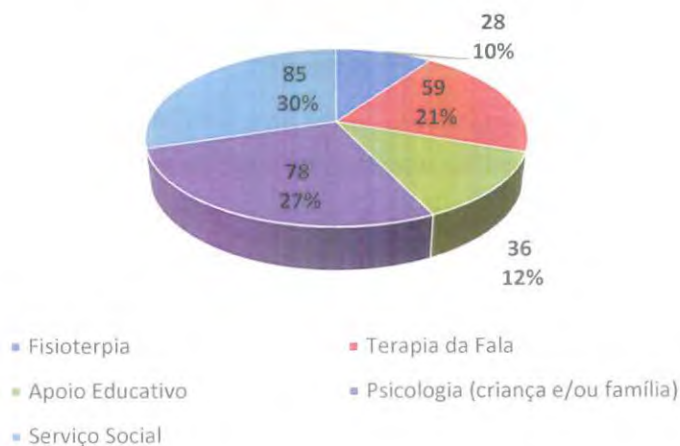




Gráfico n.º 11 - Número de apoios efetuados por especialidade

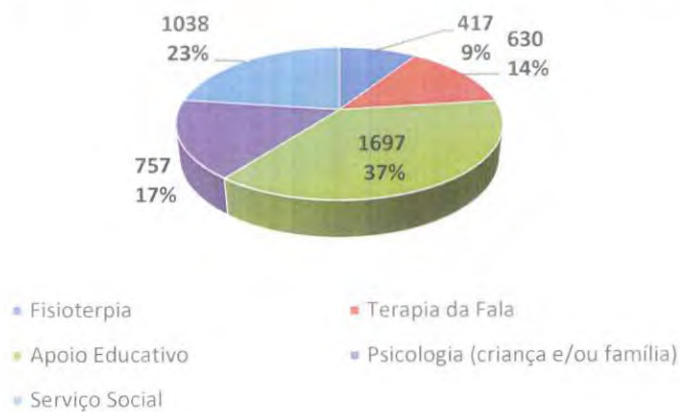
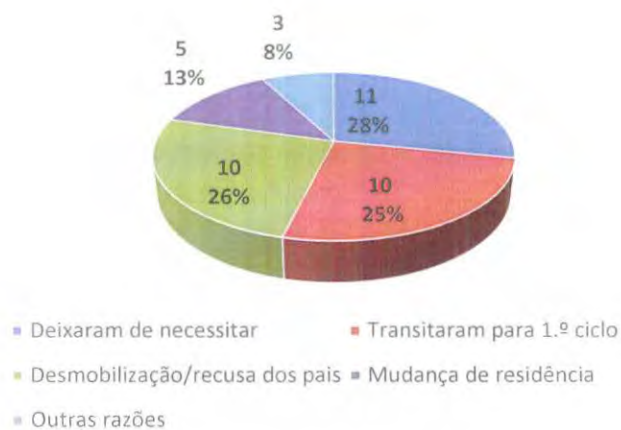


Gráfico n.º 12 - Motivos pelos quais as crianças/ famílias saíram da ELIRMM



A ELIRMM, durante o ano de 2016, promoveu ações informativas para as famílias e para comunidade de Reguengos de Monsaraz e Mourão.



Quadro n.º 5 – Ações divulgação/sensibilização/projetos comunitários e outras iniciativas promovidas pela ELIRMM

Título / Temática	Destinatários	
Rastreio ao desenvolvimento	Comunidade	
Informação/sensibilização centro de saúde	Comunidade	
Festa de natal	Comunidade	
Projetos Comunitários	Destinatários	
Reguengos +saudável	Comunidade	
12 anos a cruzar caminhos	Famílias de etnia cigana	
Feira de Maio	Comunidade	
Dia da Família "pintar a família"	Crianças do Jardim de infância do concelho de Mourão	
Outras Iniciativas	Destinatários	
Reunião de parceiros	Parceiros	



CRECHE E JARDIM DE INFÂNCIA

Durante o ano de 2016 e como atividades integradas no projeto educativo das respostas sociais desenvolveram-se as seguintes atividades: visita ao Centro de Ciência Viva em Estremoz, pela sala dos 5 anos, a festa de final de ano, os dias do pai e da mãe e a participação na festa de natal da instituição.



Integrando outras iniciativas externas, os clientes da Creche e Pré-Escolar participaram, mais um ano, na iniciativa do Dia do Pijama promovida pela Associação Mundos de Vida. Esta iniciativa de cariz solidário tem como causa “uma criança tem direito a crescer numa família”.

Este ano desenvolveu-se também o projeto Nutriciência, promovido pela União das Misericórdias em parceria com a Universidade do Porto e Universidade de Oslo. Este projeto teve como intervenientes não só as misericórdias participantes, mas principalmente as famílias dos clientes.



Ainda a convite da Associação Ajudaris os clientes da sala os 5 anos participaram numa outra iniciativa, que consta da elaboração de histórias envolvendo temas como a solidariedade, os afetos, a cidadania, o ambiente e os valores.

O trabalho criado pelos nossos clientes fez parte do livro editado este ano, pela associação.

Das atividades promovidas pela autarquia os clientes de Pré-Escolar participaram na feira do livro, no dia da criança, nas marchas populares e na mostra de presépios.



Participaram também no desfile de carnaval do agrupamento de escolas.

Este ano, integrado nas atividades de natal, os clientes beneficiaram de um espetáculo de música oferecido pela junta de freguesia.



Em parceria com o Centro de Saúde, realizaram-se ações de sensibilização sobre alimentação saudável e o rastreio da higiene oral. Neste ano foi ainda planeada uma ação de formação/sensibilização para os pais/encarregados de educação no âmbito da alimentação saudável.

ÁREA DA POPULAÇÃO ADULTA

ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS «» CENTRO DE DIA «» SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO

A resposta social de ERPI, com capacidade para 45 idosos de ambos os sexos, tem como objetivo principal proporcionar uma boa qualidade de vida aos clientes institucionalizados, assim como a manutenção ou melhoria dos níveis de autonomia em termos de vida diária. Para isso, realizámos atividades em inclusão social na comunidade, tais como saídas a locais de interesse (participação na Ovibeja, passeios pelas aldeias próximas, passeios pelo hipermercado local, entre outras). Realizámos ainda diversos eventos dentro das instalações da nossa resposta social, sendo que as mais marcantes foram as exposições relacionadas com a auto-estima e histórias de vida dos idosos acolhidos (Exposição Memórias e Exposição de Fotografia).



Diariamente são ainda realizadas atividades de animação sociocultural como atividades de estimulação sensorial e cognitiva, atividades de interação grupal (nas quais se destaca a atividade de ensaios do Coro), trabalhos manuais e atividades de estímulo da autoimagem (Sessão fotográfica profissional e dias dedicados à manicura e cuidados de rosto). Festejamos todas as épocas festivas (Natal, Páscoa, Carnaval, Dia do Idoso, Magusto e Festas de Santo António), assim como celebramos os aniversários dos nossos idosos no final de cada mês, numa homenagem à Vida!



Em termos de cuidados de saúde, foram prestadas sessões de fisioterapia e massagens de relaxamento no sentido de promover o bem-estar e estimular a autonomia na mobilidade. Os cuidados de enfermagem são prestados em contexto de instituição e acompanhámos 213 consultas médicas com marcação prévia e cerca de uma centena de episódios de urgências médicas com recurso ao serviço de urgências do hospital da área de referência.



Semanalmente temos serviço de apoio religioso, prestado por um grupo voluntário da comunidade com a Celebração da Palavra.

Em termos de apoio social realizámos cerca de uma centena e meia de diligências formais, apenas entre atendimentos presenciais e visitas domiciliárias.

CENTRO DE DIA

A resposta social de Centro de Dia foi objeto de revisão de Acordo de Cooperação no ano de 2016, sendo que viu reduzida a sua capacidade para apenas 6 clientes a partir de 29 de setembro. Apesar disto, continuámos a prestar serviços desta resposta durante todos os dias do ano, com todas as atividades de animação sociocultural e integração social que oferecemos na resposta social de ERPI.



SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO

Ao longo de todos os meses do ano de 2016 contámos o total de 301 frequências na resposta social de Apoio Domiciliário, sendo que os serviços mais procurados são a confeção de refeições e a realização de higiene pessoal, seguido da realização de higienização dos domicílios e tratamento de roupas. Notou-se também um gradual aumento dos domicílios apoiados pelo serviço de fisioterapia.

A resposta de SAD contou ainda com cerca de uma centena de diligências do âmbito social (entre visitas domiciliárias de avaliação e de acompanhamento e atendimentos presenciais na sede da resposta).



LAR RESIDENCIAL E CENTRO DE ATIVIDADES OCUPACIONAIS



O Lar Residencial, no ano transato acolheu 16 clientes/utentes, 6 dos quais do sexo feminino e 10 do sexo masculino.

Em setembro de 2016, a Santa Casa executou obras de alargamento da capacidade de acolhimento do Lar Residencial, aumentando a capacidade para 20 utentes/clientes. Após a revisão do acordo de cooperação, em dezembro de 2016 o Lar acolheu quatro novos clientes/utentes, passando de 12 para 16 clientes.

O Lar Residencial Dr. Luís Rojão desenvolve atividades de:



Atividades de Inclusão; com o objetivo de promover as competências de relacionamento interpessoal, autodeterminação, autonomia, bem-estar, cidadania e participação social.

Durante o ano de 2016 os clientes de Lar Residencial estiveram presentes na procissão da Misericórdia, Caminhada “Liga-te à Liga”, Corrida em Família, presença na Missa ao Domingo, passeios a locais de interesse.

Atividades de bem-estar; oferece aos clientes as ajudas técnicas necessárias para o seu bem-estar, tal como a prática de Reiki em Lar, pelas voluntárias no núcleo de Reiki de Évora.

Atividades de vida diária; visam munir os clientes de competências para o desempenho de tarefas diárias simples, como arrumar do espaço pessoal.

Atividades de estimulação; executadas através de jogos de memória e atenção durante os momentos de lazer.



O Centro de Atividades Ocupacionais (C.A.O.), dá resposta a 30 clientes e desenvolve atividades, que tem na sua base as necessidades individuais de cada cliente. Proporciona atividades de cariz ocupacional, inclusivo, desenvolvimento pessoal, social, bem-estar, estimulação sensorial e atividades de vida diária.



O C.A.O. estabelece anualmente parceria com o Agrupamento de Escolas, onde um cliente, da unidade de multideficiência, desenvolve o seu Plano IT na sala de trapos.

O centro de atividades ocupacionais, baseado nos planos individuais oferece uma panóplia de atividade realizadas de acordo com as necessidades e capacidade de cada um.

Atividades Inclusivas: participação nas Festas de S. António, com a equipa de Origamistas, no desfile de Carnaval das escolas, em todas as comemorações intergeracionais da instituição, natal, carnaval e magusto. Participação em cerimónias religiosas, como: Missa, procissões, atividades de grupos a que pertençam. (grupo de catequese).

Exposição de Natal com peças produzidas pelos clientes/utentes, nas três salas de atividades ocupacionais, durante os meses de novembro e dezembro, no mercado municipal.

Gala de abertura da campanha do pirilampo mágico, onde tivemos atuações de diversos artistas locais.

Campanha pirilampo mágico e barrete azul, no concelho, neste âmbito, dramatizamos a peça de teatro “O Elmer” e apresentaram-na em todas as escolas do concelho.

Decoração de árvore de natal do município de Reguengos de Monsaraz, ainda em colaboração com o município o C.A.O. ofereceu às mulheres do município flores em Origami no dia da mulher.

Realizou o encontro entre famílias e instituição no ancoradouro de Monsaraz, e a comemoração do dia 3 de Dezembro em colaboração com várias entidades locais.



Atividades Lúdico-Terapêuticas – visam a ativação físico-funcional e a estimulação sensorial (frequência de ginásio, Natação; caminhadas)

Atividades de Desenvolvimento Pessoal e Social – visam promover as competências de relacionamento interpessoal, autodeterminação, autonomia, bem-estar, cidadania e participação social: grupo de autorepresentantes, oficina de teatro, com dramatizações nas escolas do concelho, oficina de Origami, com workshops de Origamis no concelho e Ecopeca.



Atividades Sócio-Culturais – são atividades de caráter geral, de âmbito lúdico-recreativo, desportivo, cultural, social, festivo ou formativo, (voluntariado em lar de idosos, através de conversas e jogos de memória, participação no grupo de dança contemporânea “InclusivÉ”, participação na venda de natal em mercado municipal)

Atividades Vida Diária – pretende-se fomentar a autonomia de clientes em atividades de vida diária (arrumação do espaço pessoal, higiene pessoal, oficina de culinária)

Atividades Estritamente Ocupacionais – são atividades realizadas no âmbito do processo de transformação das matérias-primas, nomeadamente reaproveitamento de materiais, em produtos finais: (sala das madeiras, dos papeis e dos trapos).

ÁREA DA FAMÍLIA E COMUNIDADE

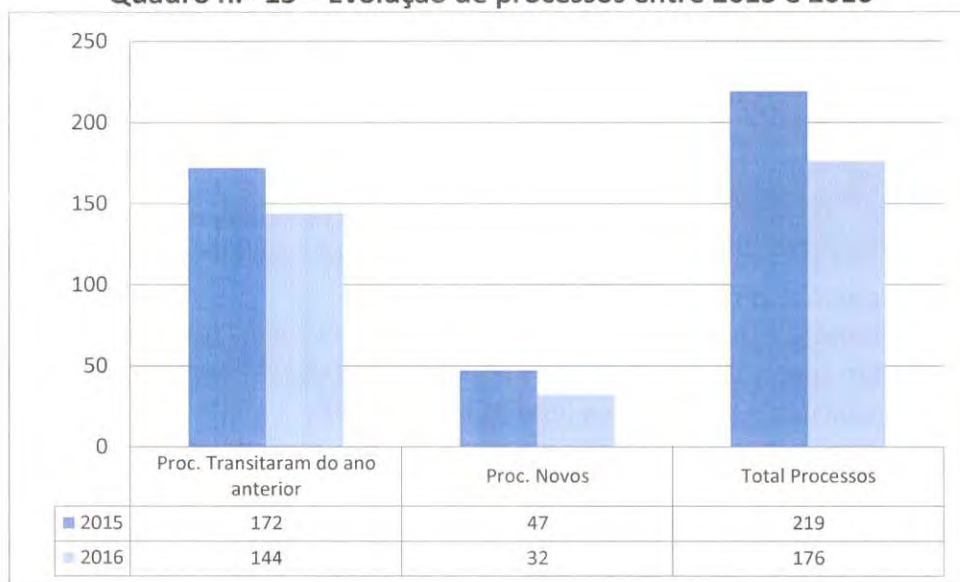
SERVIÇO DE ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO SOCIAL

No ano de 2016, a Resposta Social de Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social desenvolveu várias atividades nomeadamente: distribuição de alimentos e roupas; a informatização/atualização dos processos familiares; implementação de manuais de qualidade; atendimento e acompanhamento social; visitas domiciliárias com vista à atualização; diagnóstico e acompanhamento de clientes desta resposta; reuniões de núcleo executivo de rendimento social do concelho de Reguengos; reuniões de núcleo executivo de rede social de inserção do concelho de Reguengos e reuniões de núcleo executivo de rede social do concelho de Reguengos.

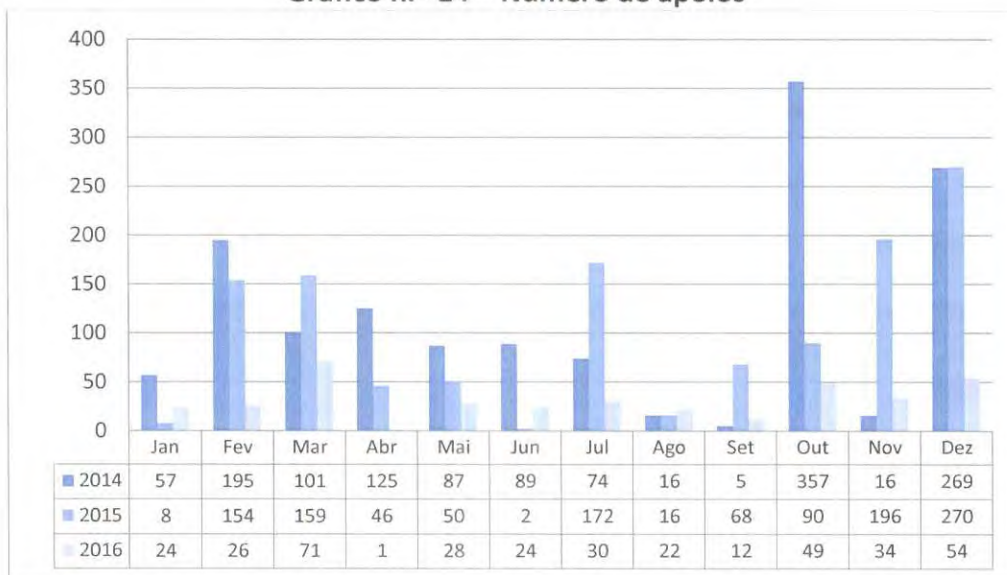
Relativamente a esta resposta social, a população do concelho de Reguengos continuou a procurar as instituições de apoio social na área da alimentação (Cantina Social/géneros alimentares) e nos pagamentos de água, luz, rendas de casa e medicação.

Processos Familiares

No que respeita ao número de processos familiares, verificou-se uma diminuição no número de processos transitados do ano de 2015, devido sobretudo à extinção do Banco de medicamentos.

**Quadro n.º 13 – Evolução de processos entre 2015 e 2016****Banco de alimentos**

Durante o ano de 2016 foram distribuídos géneros alimentares provenientes do “Banco Alimentar Contra a Fome de Évora”.

Gráfico n.º 14 – Número de apoios

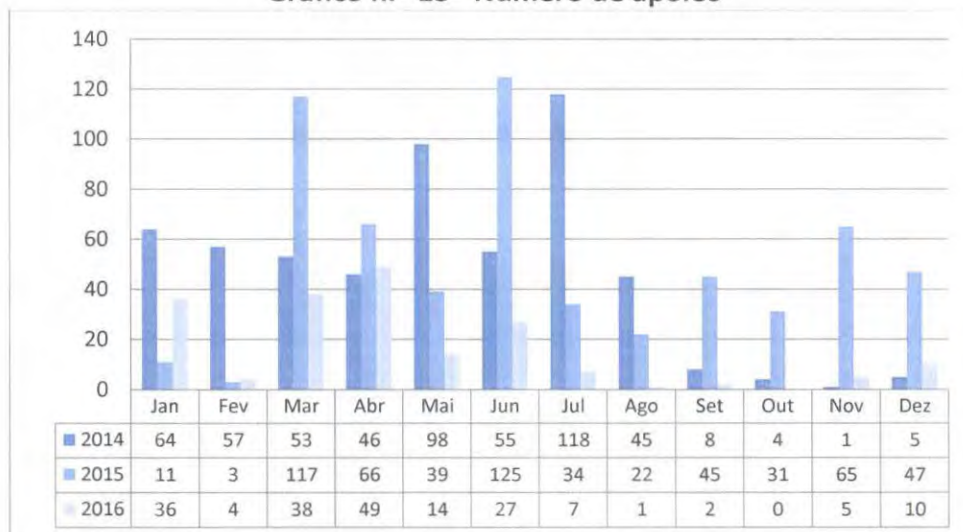
Os meses de março, outubro e dezembro foram os que registaram o maior n.º de apoios devido à entrega de carne, produto doado pela Junta de Freguesia de Reguengos de Monsaraz e Junta de Freguesia de Corval.



Banco de Roupas

Durante o ano 2016 foram apoiadas famílias desfavorecidas, em situações pontuais e de risco, com roupas provenientes de donativos da comunidade, conforme gráfico seguinte.

Gráfico n.º 15– Número de apoios



CANTINA SOCIAL

Esta resposta social forneceu refeições, em especial a indivíduos economicamente desfavorecidos, cujo número consta do gráfico n.º 26.



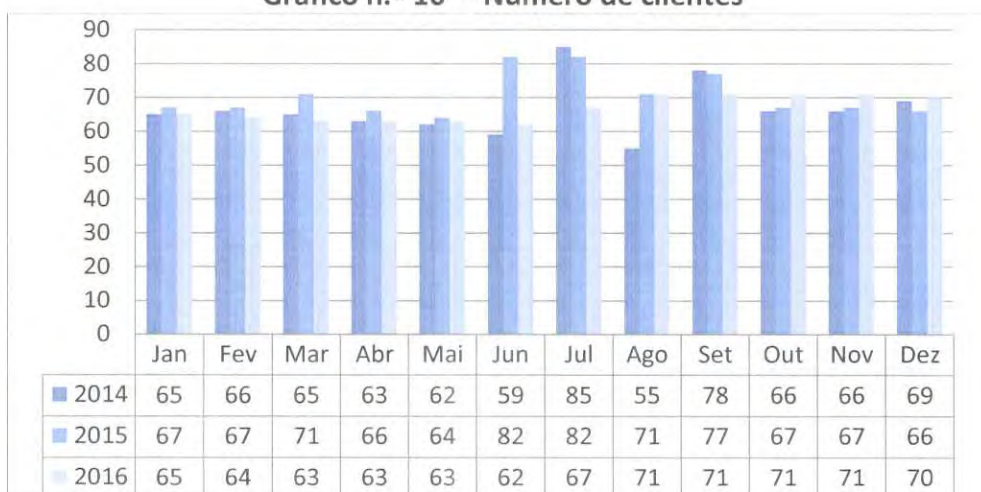
8. CLIENTES

Sendo os clientes a razão de existência desta Instituição é importante conhecer o seu universo, por resposta social, cuja frequência média mensal dos 714, 667 e 515 que beneficiaram dos serviços prestados, respetivamente em 2014, 2015 e 2016, constantes nos seguintes gráficos.

ÁREA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

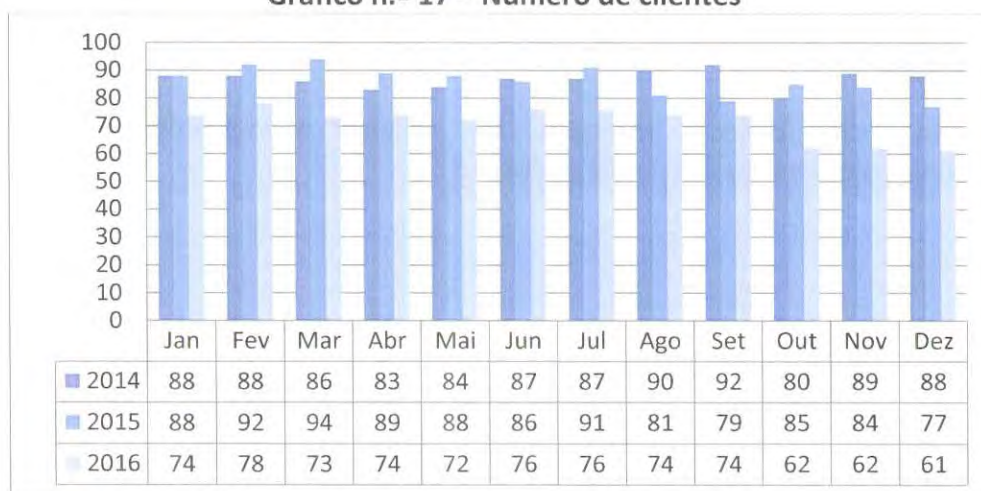
Centro de Atividades de Tempos Livres

Gráfico n.º 16 – Número de clientes



Intervenção Precoce

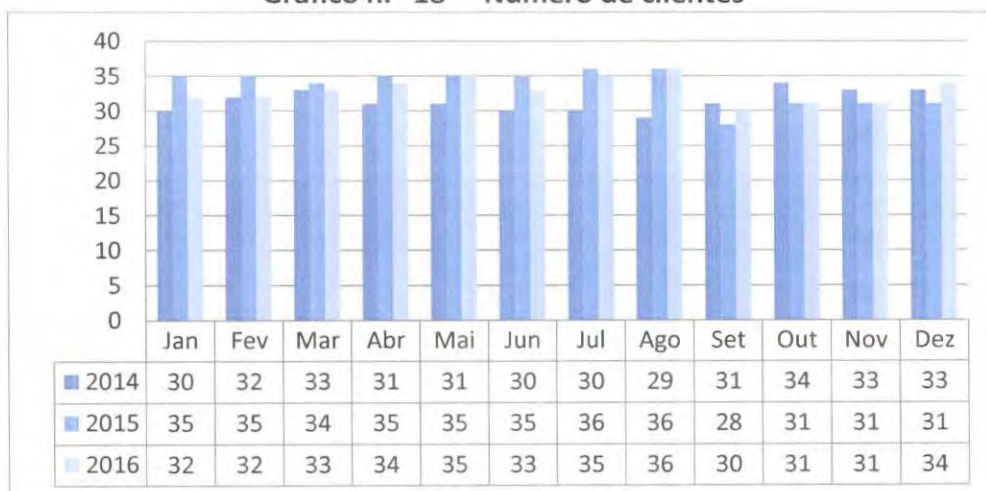
Gráfico n.º 17 – Número de clientes





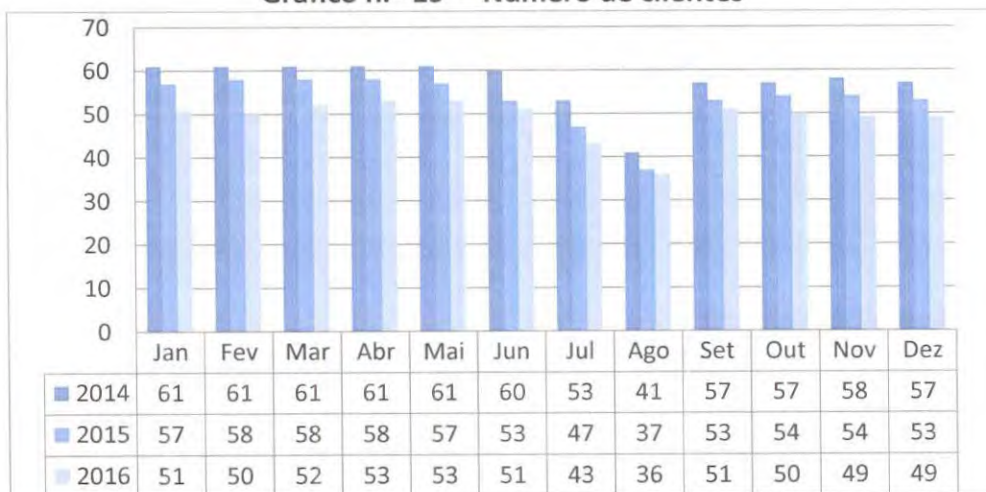
Creche

Gráfico n.º 18 – Número de clientes



Jardim de Infância

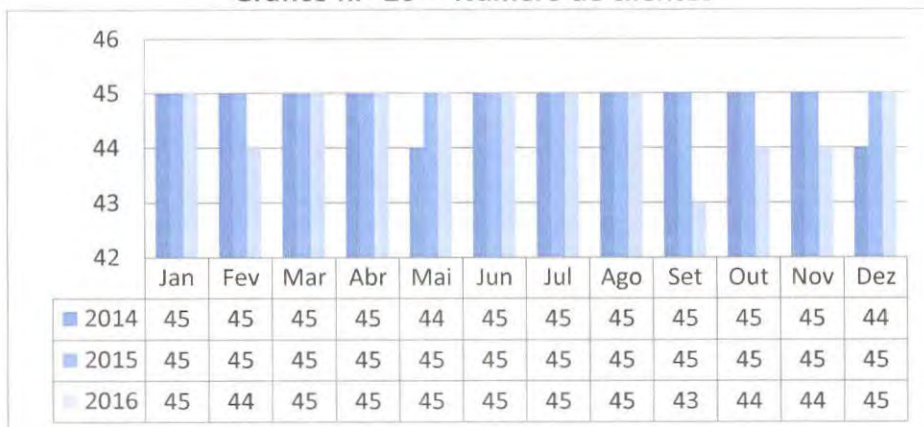
Gráfico n.º 19 – Número de clientes



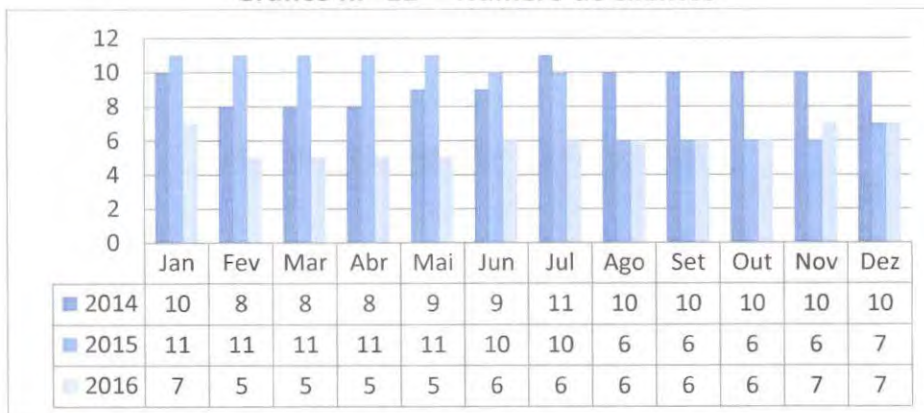


ÁREA DA POPULAÇÃO ADULTA

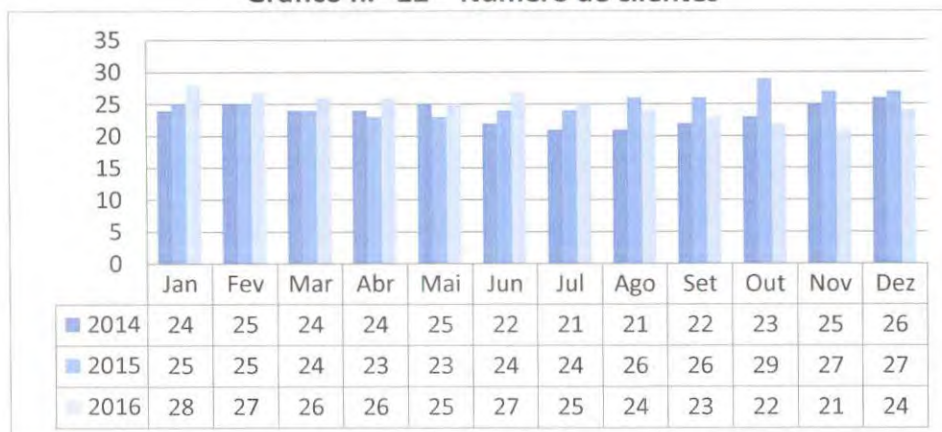
Estrutura Residencial para Pessoas Idosas

Gráfico n.º 20 – Número de clientes

Centro de Dia

Gráfico n.º 21 – Número de clientes

Serviço de Apoio Domiciliário

Gráfico n.º 22 – Número de clientes



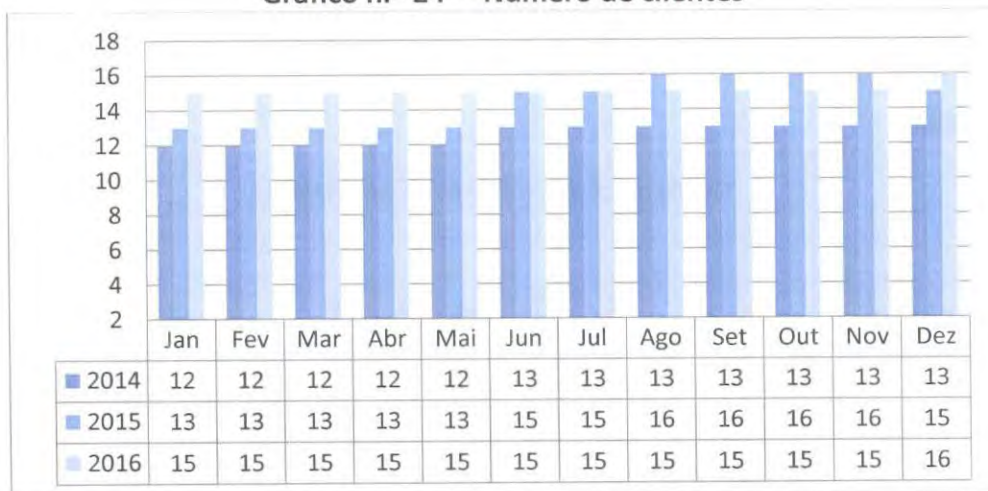
Centro de Atividades Ocupacionais

Gráfico n.º 23 – Número de clientes



Lar Residencial

Gráfico n.º 24 – Número de clientes

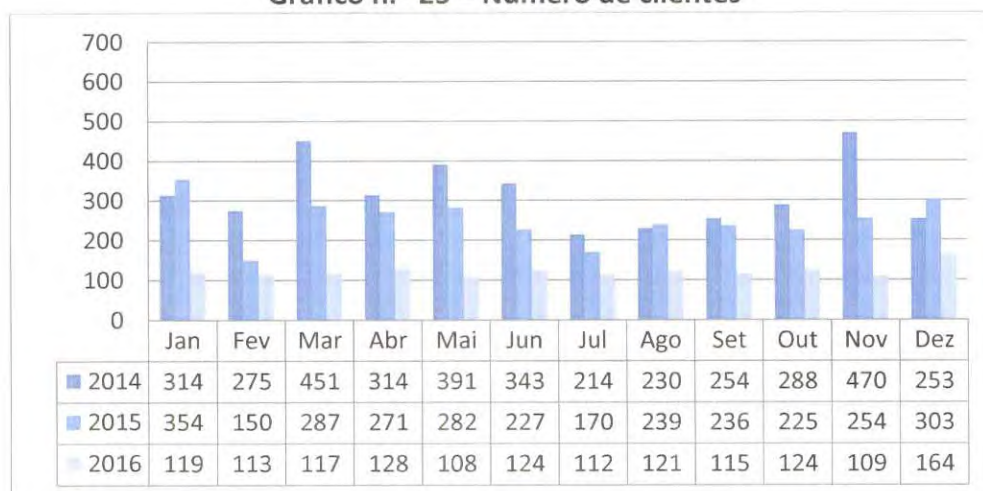




ÁREA DA FAMÍLIA E COMUNIDADE

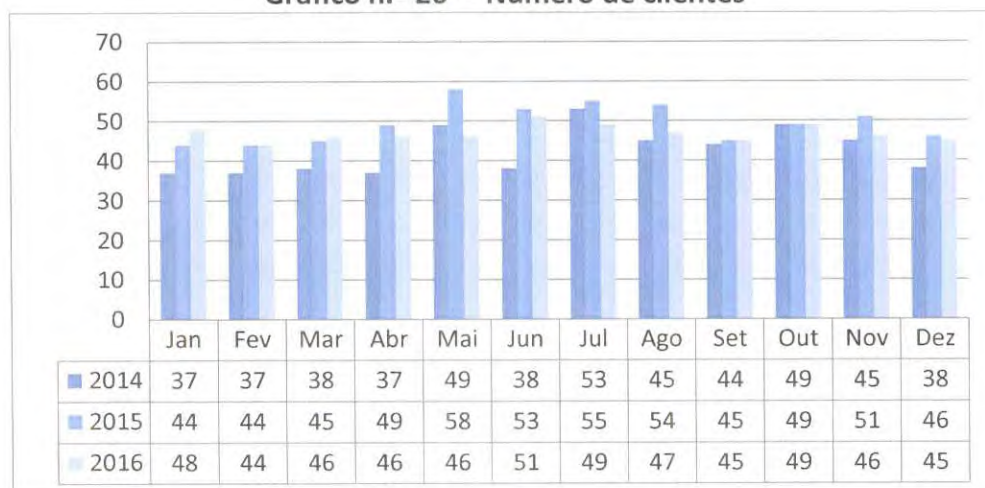
Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social

Gráfico n.º 25 – Número de clientes



Cantina Social

Gráfico n.º 26 – Número de clientes





9. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2016

RESULTADO LÍQUIDO

O ano de 2016 foi mais um ano amargo para as famílias portuguesas e, consequentemente, para a Santa Casa da Misericórdia de Reguengos de Monsaraz, enquanto prestadora de serviços de natureza social, em resultado das insistentes medidas de contenção orçamental.

Tais medidas tiveram como corolário a pobreza e daí a quebra acentuada de receitas, nomeadamente as provenientes de comparticipações familiares e da segurança social, cujos valores se tornaram insuficientes, para fazer face às despesas correntes, com a realização de atividades diárias nas diversas respostas sociais. Consequentemente, impede a realização de investimentos que permitam fortalecer o ativo patrimonial, originando, por isso, em grande medida, um resultado líquido do exercício **negativo** de **€ 233.359,07**.

Não obstante os resultados, comparativamente com os obtidos em 2014 e 2015, continuarem a evidenciar uma forte quebra, a Mesa Administrativa regista o esforço extraordinário de todos os trabalhadores e outros colaboradores da Instituição em manter o normal funcionamento das respostas sociais e serviços de suporte.

As variações das rubricas encontram-se descritas nas notas das demonstrações financeiras (ponto 10).

Gráfico n.º 27– Resultados líquidos (€)





Gráfico n.º 28 – Rendimentos (€)

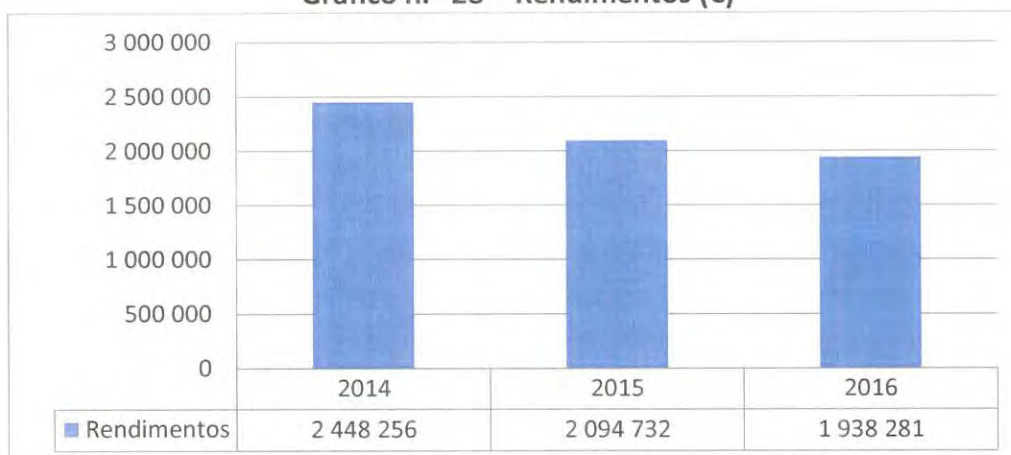


Gráfico n.º 29 – Variação das rubricas de rendimentos (€)

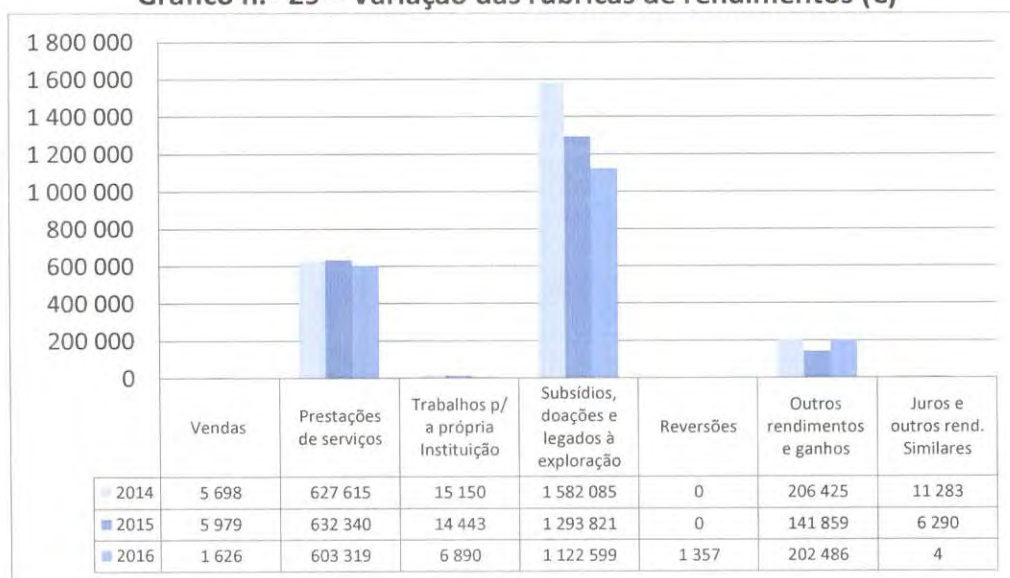




Gráfico n.º 30 – Distribuição de rendimentos

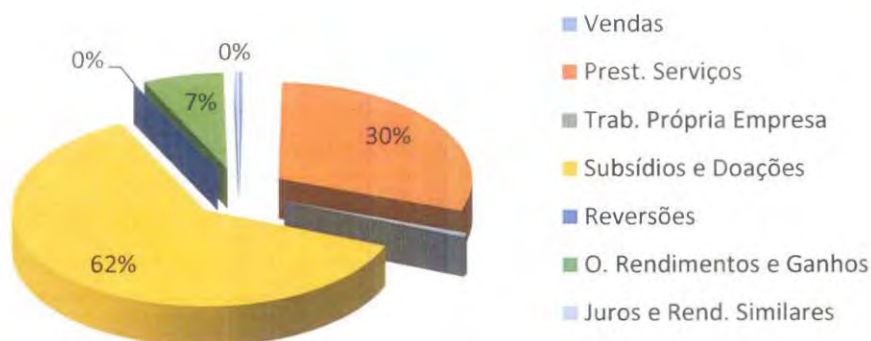


Gráfico n.º 31 – Gastos (€)

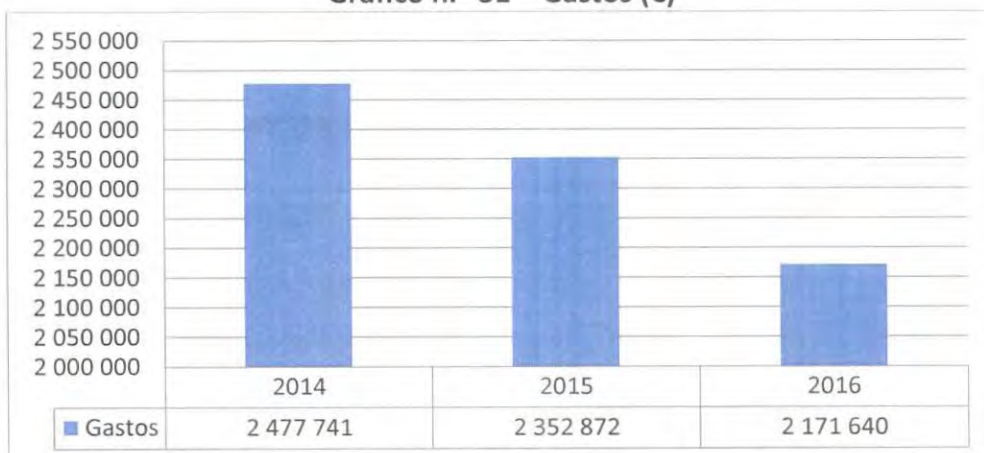




Gráfico n.º 32 – Variação das rubricas de gastos (€)

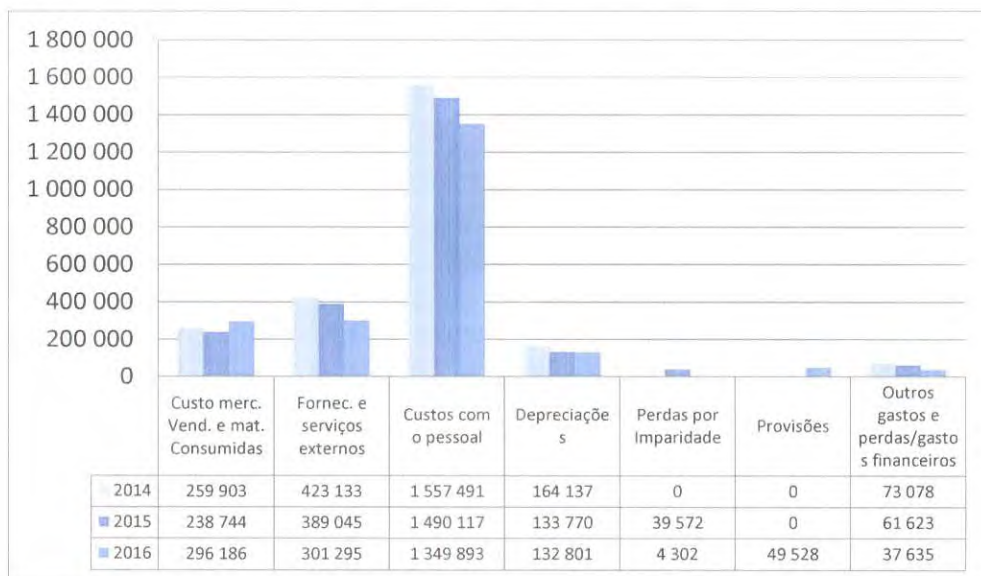
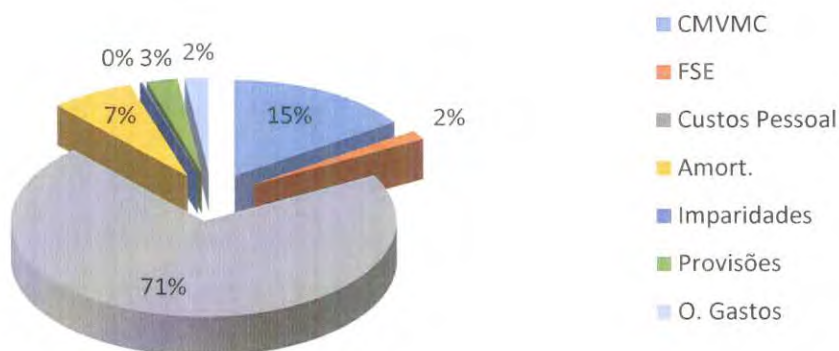


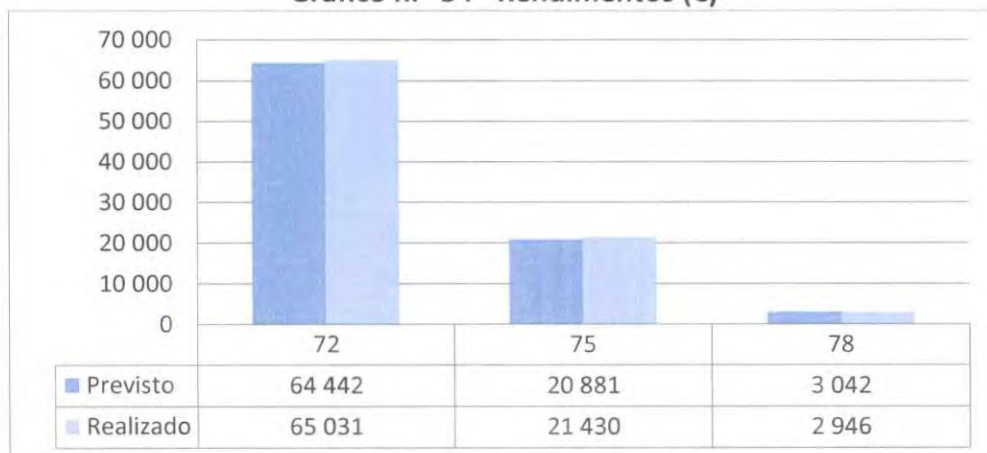
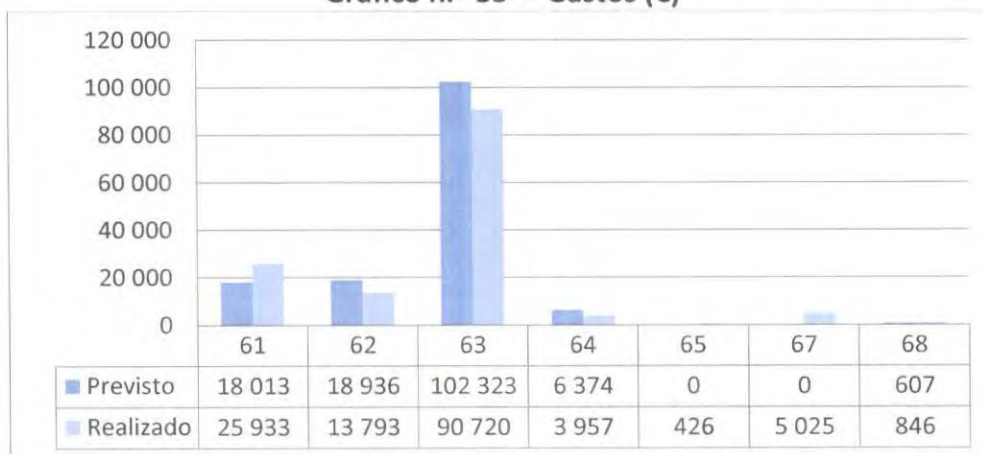
Gráfico n.º 33 – Distribuição de gastos



**EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS RESPOSTAS SOCIAIS E OUTRAS ATIVIDADES**

É a partir das respostas sociais geridas por esta Santa Casa da Misericórdia que é posto à disposição dos cidadãos o acesso a serviços adequados à satisfação das respetivas necessidades e expetativas de vida, com a consciência da complexidade e dificuldade da tarefa e da importância de fazer esforços de melhoria contínua.

Assim, é fundamental dar a conhecer o panorama operativo das mesmas, de forma tão completa quanto possível, ao nível da execução orçamental, decorrente das atividades desenvolvidas, durante o exercício em análise, através dos gráficos/mapas que se seguem, onde são evidenciados os desvios entre o executado e o orçamentado, bem como pequenas observações sobre os mesmos.

ÁREA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE**Atividades de Tempos Livres****Gráfico n.º 34– Rendimentos (€)****Gráfico n.º 35 – Gastos (€)****Observações:**

As diferenças mais expressivas são justificadas da seguinte forma:



61 e 62. Estas rubricas foram objeto de acertos contabilísticos, por orientação do ROC, relativamente à aquisição de bens não alimentares (material escritório, material didático, artigos de higiene e limpeza, etc.)

63.Redução de imputação dos custos com o pessoal da cozinha central, em virtude ter havido mais clientes/utentes, no universo das respostas sociais, nomeadamente na Cantina Social.

65. Imparidades às dívidas de clientes.

67. Provisão criada, para eventuais despesas com coimas da Segurança Social.

Intervenção Precoce

Gráfico n.º 36 – Rendimentos (€)

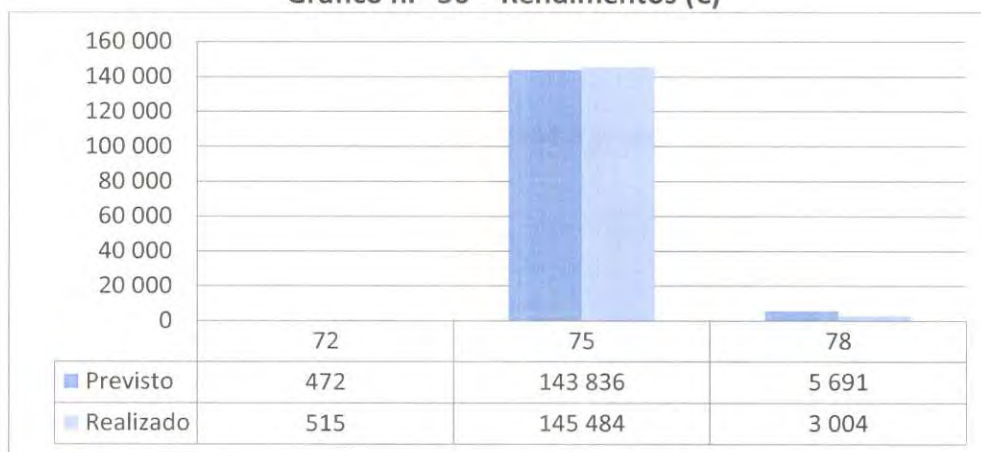
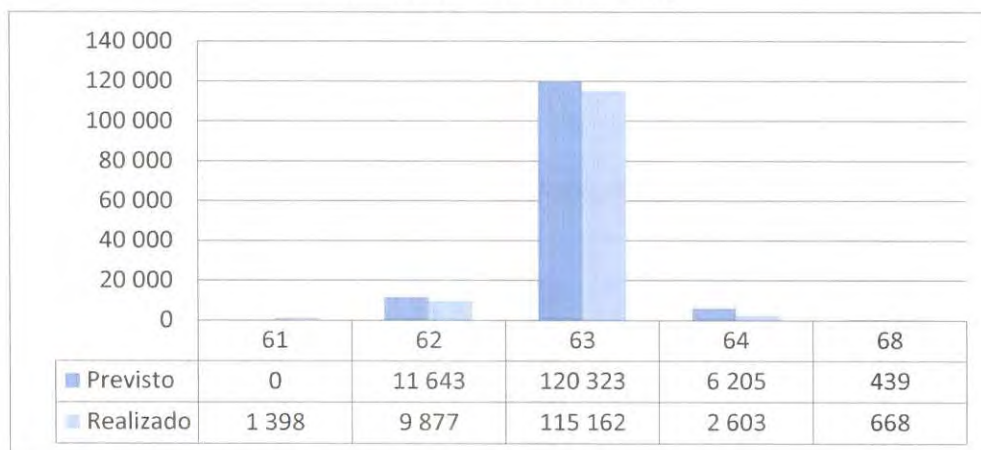


Gráfico n.º 37 – Gastos (€)



Observações:

As diferenças mais expressivas são justificadas da seguinte forma:

75. Revisão dos acordos com a Segurança Social.

78. Diminuição de “outros rendimentos” provenientes da imputação da administração.



61 e 62. Estas rubricas foram objeto de acertos contabilísticos, por orientação do ROC, relativamente à aquisição de bens não alimentares (material escritório, material didático, artigos de higiene e limpeza, etc.)

63. Redução de imputação dos custos com o pessoal da cozinha central, em virtude ter havido mais clientes/utentes, no universo das respostas sociais, nomeadamente na Cantina Social.

68. Imputação de despesas da administração.

Creche e Jardim de Infância

Gráfico n.º 38 – Rendimentos (€)

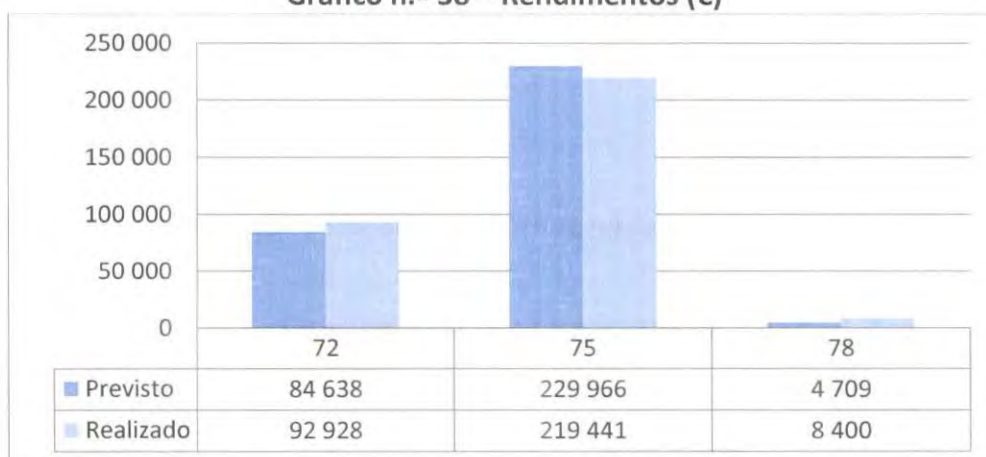
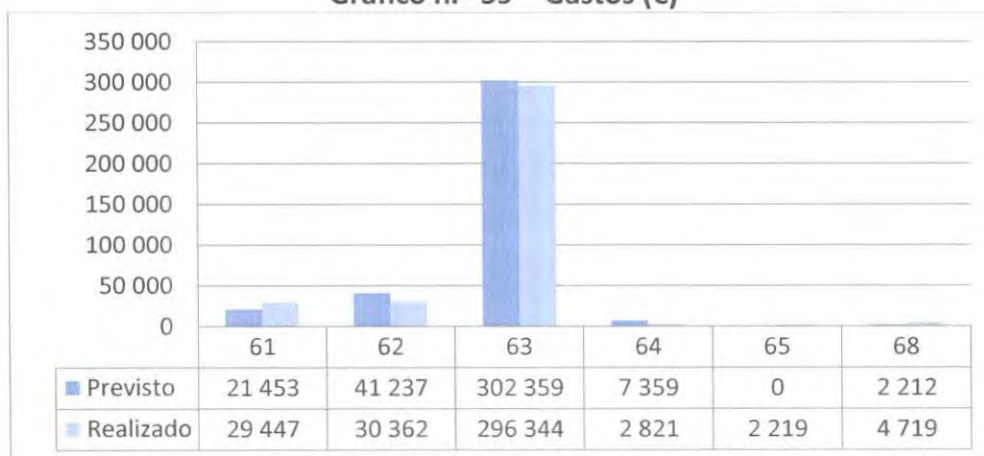


Gráfico n.º 39 – Gastos (€)



Observações:

As diferenças mais expressivas são justificadas da seguinte forma:

72. Aumento do valor médio das participações familiares.



75. Diminuição da comparticipação da Segurança Social, para as despesas com as educadoras da Educação Pré-Escolar.

78. Imputação de “outros rendimentos” da administração.

61 e 62. Estas rubricas foram objeto de acertos contabilísticos, por orientação do ROC, relativamente à aquisição de bens não alimentares (material escritório, material didático, artigos de higiene e limpeza, etc.)

63. Redução de imputação dos custos com o pessoal da cozinha central, em virtude ter havido mais clientes/utentes, no universo das respostas sociais, nomeadamente na Cantina Social.

64. Investimento previsto e não realizado.

65. Imparidades às dívidas de clientes.

68. Correções do ano anterior.

ÁREA DA POPULAÇÃO ADULTA

Estrutura Residencial para Pessoas Idosas «» Centro de Dia «» Serviço de Apoio Domiciliário

Gráfico n.º 40 – Rendimentos (€)

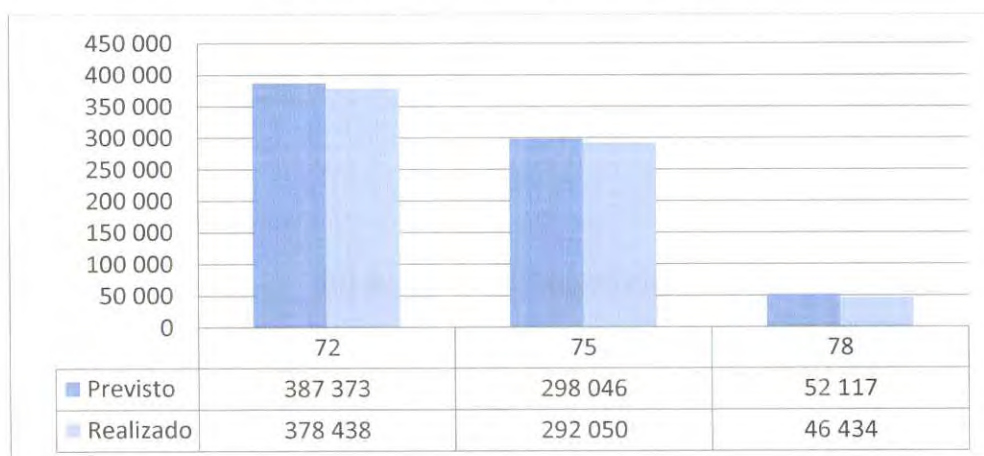
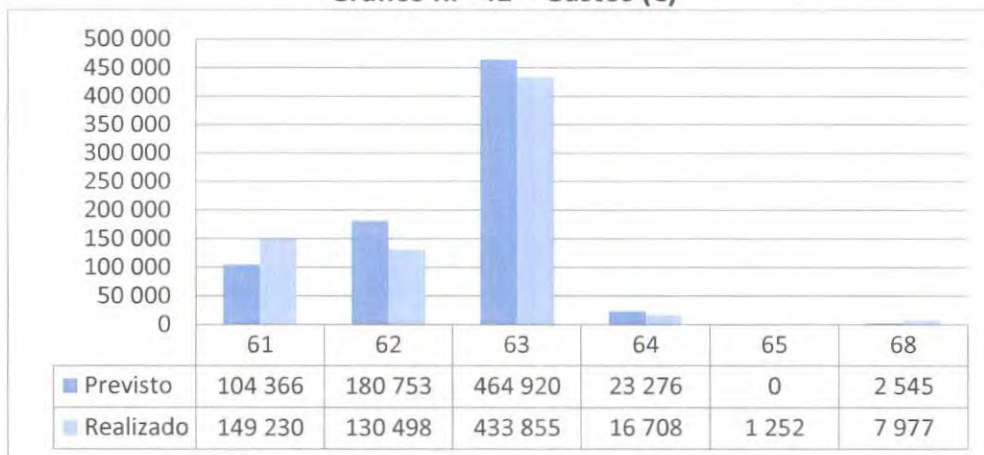




Gráfico n.º 41 – Gastos (€)

**Observações:**

As diferenças mais expressivas são justificadas da seguinte forma:

72 e 75. Não foi atingido o número de clientes previsto, para o “Centro de Dia” e “Apoio Domiciliário”.

78. Correções do exercício anterior.

61 e 62. Estas rubricas foram objeto de acertos contabilísticos, por orientação do ROC, relativamente à aquisição de bens não alimentares (material escritório, material didático, artigos de higiene e limpeza, etc.)

63. Ausência da Diretora técnica, por motivo de baixa e licença de maternidade, e redução de imputação dos custos com o pessoal da cozinha central, em virtude ter havido menos clientes/utentes.

65. Imparidades às dívidas de clientes.

68. Realização de dois funerais de pessoas pobres e indigentes e correções relativas a anos anteriores.

Lar Residencial e Centro de Atividades Ocupacionais

Gráfico n.º 42 – Rendimentos (€)

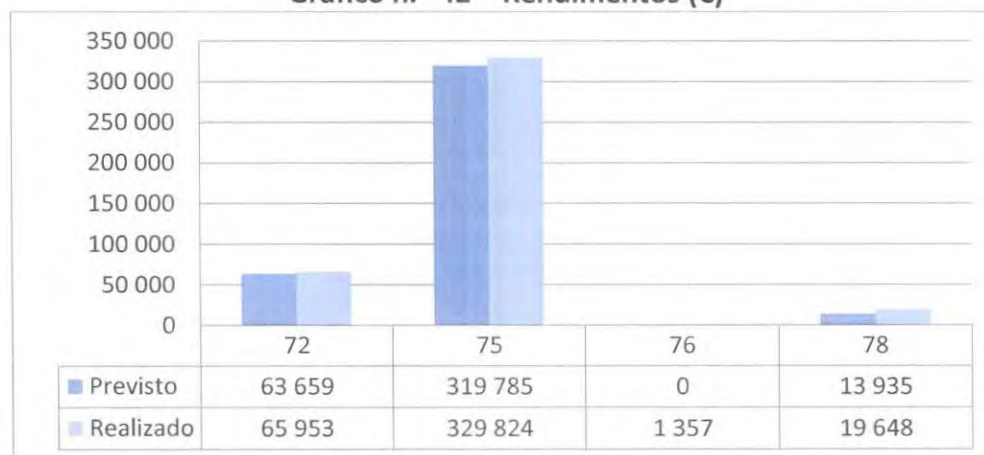
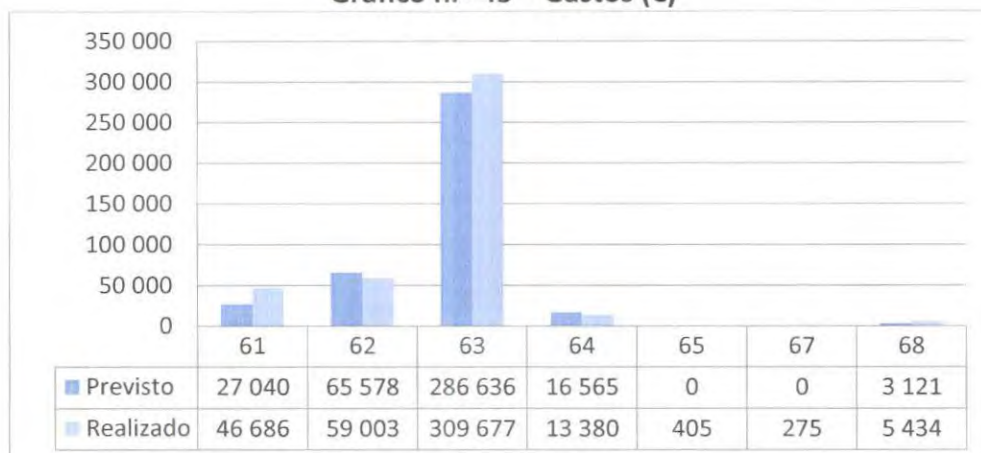


Gráfico n.º 43 – Gastos (€)



Observações:

As diferenças mais expressivas são justificadas da seguinte forma:

72. Admissão de mais um cliente, no Lar Residencial.

75. Revisão do acordo da Segurança Social para o Lar Residencial.

76. Reversão de imparidades.

78. Imputação de subsídios, nomeadamente o proveniente do Fundo Rainha D. Leonor.

61 e 62. Estas rubricas foram objeto de acertos contabilísticos, por orientação do ROC, relativamente à aquisição de bens não alimentares (material escritório, material didático, artigos de higiene e limpeza, etc.)

63. Indeminização paga à ex-Diretora Técnica, por motivo de rescisão do contrato de trabalho.

65. Imparidades às dívidas de clientes.

68. Correções do exercício anterior.

ÁREA DA FAMÍLIA E COMUNIDADE

Atendimento e Acompanhamento Social e Cantina Social

Gráfico n.º 44 – Rendimentos (€)

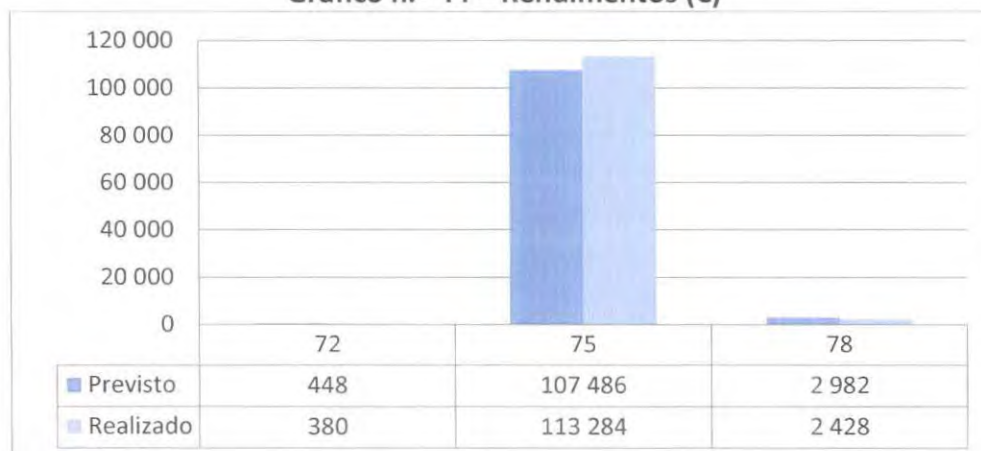
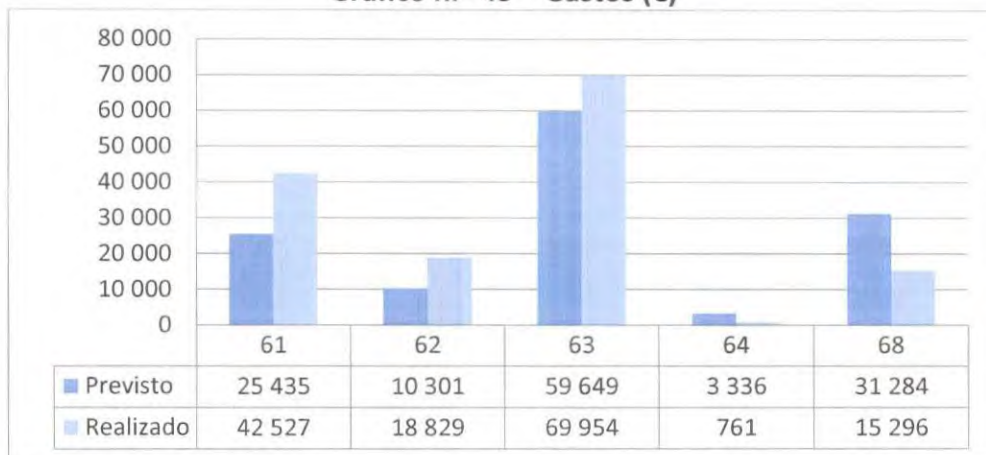




Gráfico n.º 45 – Gastos (€)

**Observações:**

61 e 62. Estas rubricas foram objeto de acertos contabilísticos, por orientação do ROC, relativamente à aquisição de bens não alimentares (material escritório, material didático, artigos de higiene e limpeza, etc.)

63. Acréscimo de imputação dos custos com o pessoal da cozinha central, em virtude ter havido mais clientes/utentes, no universo das respostas sociais, nomeadamente na Cantina Social.

Outras atividades:

Gráfico n.º 46 – Rendimentos (€)

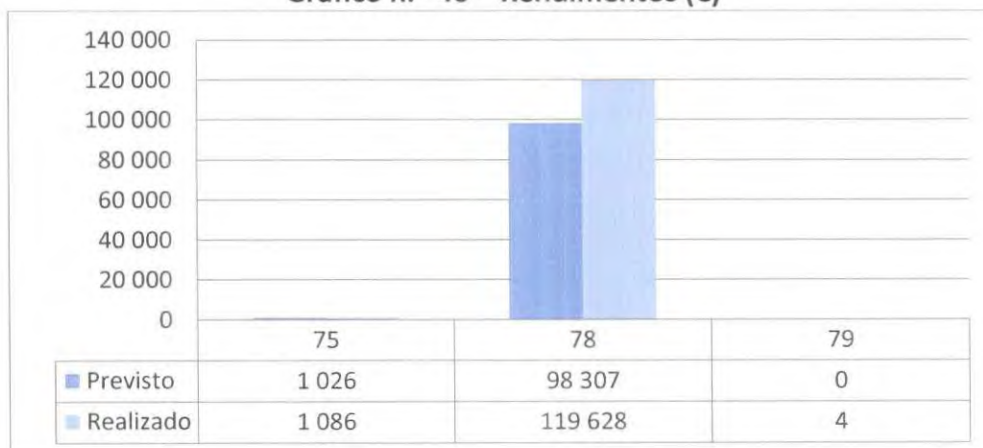
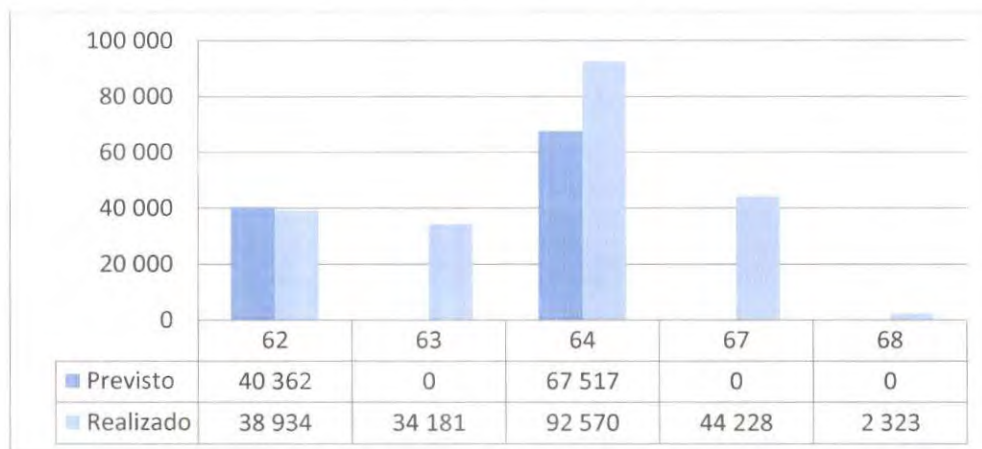


Gráfico n.º 47 – Gastos (€)



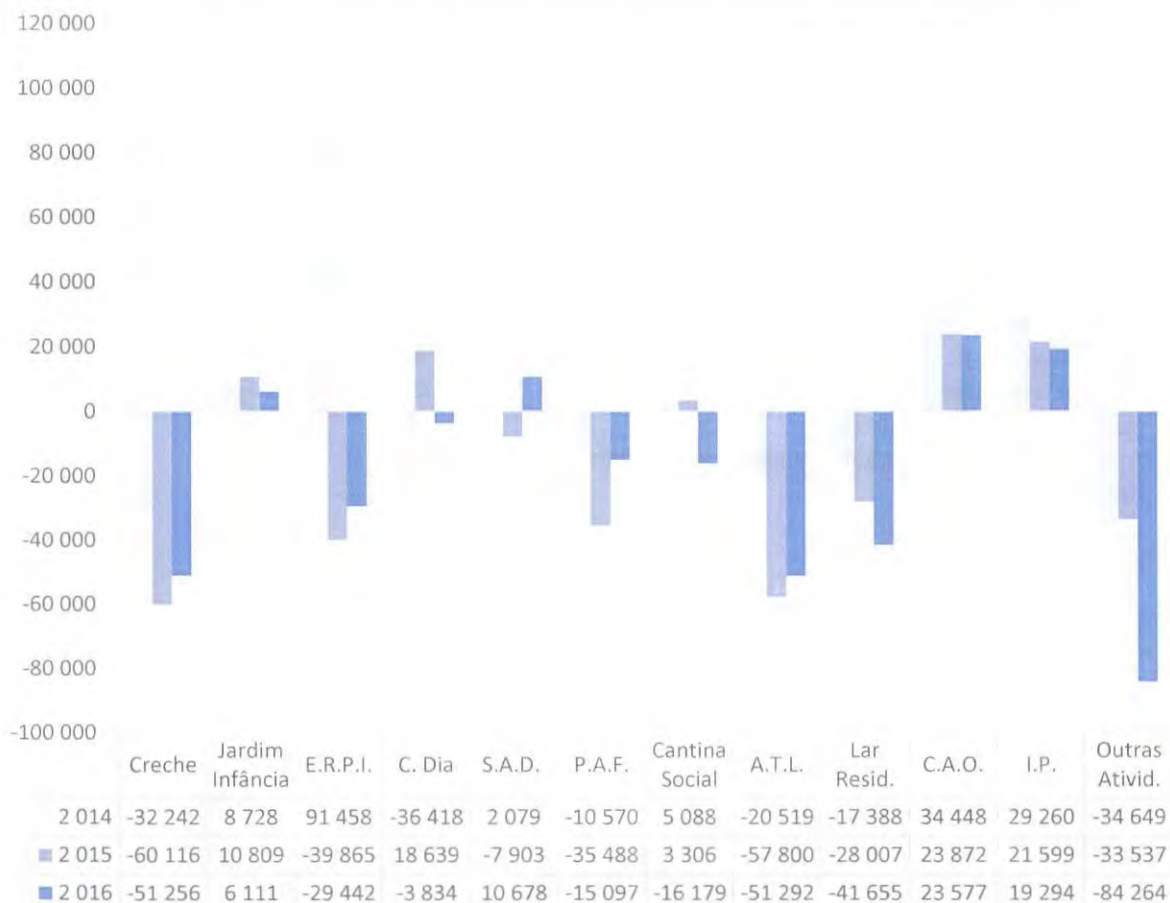
Observações:

As diferenças mais expressivas são justificadas da seguinte forma:

78. O valor das rendas das herdades da “Figueira e Maria Afonso” e da “Margalha” excedeu o valor base previsto no respetivo procedimento concursal.

67. Provisão criada, para eventuais despesas com processo judicial do ex-Lar de Infância e Juventude.

As diferenças verificadas nas restantes rubricas de gastos resultaram do fato da atividade da “Horta de S. José” ter sido encerrada só em meados de 2016 e não em dezembro de 2015, como foi previsto inicialmente.

**RESULTADOS LÍQUIDOS POR RESPOSTA SOCIAL E OUTROS SERVIÇOS****Gráfico n.º 48 – Resultados líquidos por respostas sociais e outros serviços**

**10. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**

(EUROS)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2016	31-12-2015
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos fixos tangíveis	6	3 470 611,49	3 264 340,23
Ativos intangíveis	7	0,00	23 405,95
Propriedades de investimento		0,00	306 368,20
Investimentos financeiros	18	2 693,03	2 719,90
		3 473 304,52	3 596 834,28
ATIVO CORRENTE			
Inventários	8	13 607,22	16 639,32
Créditos a receber	19	13 337,03	12 701,37
Estado e outros entes públicos	20	22 045,00	11 387,32
Fundadores/beneméritos/Patrocinadores/Irmãos/membros	21	870,00	663,00
Diferimentos	22	5 115,54	6 333,48
Outras ativos correntes	23	72 794,00	71 458,10
Caixa e depósitos bancários	4	35 317,66	86 825,16
		163 086,45	206 007,75
TOTAL DO ATIVO		3 636 390,97	3 802 842,03
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos	24	1 187 456,60	1 187 456,60
Resultados transitados	24	865 650,39	1 101 901,89
Excedentes de revalorização	24	0,00	136 325,34
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	10 e 24	1 299 502,33	1 286 162,31
		3 352 609,32	3 711 846,14
Resultado líquido do período		-233 359,07	-258 140,14
Total dos fundos patrimoniais		3 119 250,25	3 453 706,00
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões	25	49 528,19	0,00
		49 528,19	0,00
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	29	47 901,87	47 408,47
Estado e outros entes públicos	26	58 672,32	65 771,69
Financiamentos obtidos	30	140 000,00	0,00
Diferimentos	27	16 581,50	29 985,75
Outros passivos correntes	28	204 456,84	205 970,12
TOTAL DO PASSIVO		517 140,72	349 136,03
TOTAL DO FUNDOS PATRIMONIAIS E DO PASSIVO		3 636 390,97	3 802 842,03



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA EM 2016 E 2015

(EUROS)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2016	2015
Vendas e serviços prestados	9	604 945,15	638 319,00
Subsídios, doações e legados à exploração	10	1 122 598,71	1 293 820,78
Trabalhos para a própria entidade	11	6 889,93	14 443,06
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-296 185,80	-238 743,58
Fornecimentos e serviços externos	13	-301 295,08	-389 045,13
Gastos com o pessoal	12	-1 349 893,39	-1 490 117,40
Imparidade de dívidas a receber	19	-2 945,30	-39 571,84
Provisões	25	-49 528,19	0,00
Outros rendimentos	14	202 490,79	141 858,96
Outros gastos	15	-37 262,97	-61 622,58
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento de impostos		-100 186,15	-130 658,73
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6,7 e 16	-132 800,52	-133 770,25
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-232 986,67	-264 428,98
Juros e rendimentos similares obtidos	17	0,00	6 289,57
Juros e gastos similares obtidos		-372,40	-0,73
Resultados antes de impostos		-233 359,07	-258 140,14
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-233 359,07	-258 140,14

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 2016 E 2015**

(EUROS)

RUBRICAS	NOTAS	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes e utentes		622 830,75	645 812,06
Pagamentos de apoios		-605,47	-2 303,04
Pagamentos a fornecedores		-594 728,96	-651 950,81
Pagamentos ao pessoal		-1 349 692,94	-1 511 239,34
Caixa gerada pelas operações		-1 322 196,62	-1 519 681,13
Outros recebimentos/pagamentos		-1 067 627,43	-1 258 060,75
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-254 569,19	-261 620,38
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-75 176,37	-31 756,51
Investimentos financeiros		-117,78	-1 240,29
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		11 278,00	0,00
Investimentos financeiros		577,98	0,75
Outros Ativos		85 204,42	0,00
Subsídios ao investimento		41 663,44	0,00
Juros e rendimentos similares		4,40	6 289,57
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		63 434,09	-26 706,48
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		140 000,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		-372,40	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		139 627,60	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-51 507,50	-288 326,86
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		86 825,16	375 152,02
Caixa e seus equivalentes no fim do período		35 317,66	86 825,16



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS PERÍODO DE 2015 E 2016

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS PERÍODO DE 2015

(EUROS)

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos	Resultados Transitados	Outras variações patrimoniais	Excedentes de reavaliação	Resultados Líquidos do Período	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2015	1	1 187 456,60	1 131 387,30	1 354 948,91	136 325,34	-29 485,41	3 780 632,74
Alterações no período							0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			-29 485,41			29 485,41	0,00
	2	0,00	-29 485,41	0,00	0,00	29 485,41	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3					-258 140,14	-258 140,14
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3					-228 654,73	-258 140,14
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO							0,00
Subsídios, doações e legados				-68 786,60			-68 786,60
	5	0,00	0,00	-68 786,60	0,00	0,00	-68 786,60
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2015	6=1+2+3+5	1 187 456,60	1 101 901,89	1 286 162,31	136 325,34	-258 140,14	3 453 706,00

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS PERÍODO DE 2016

(EUROS)

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos	Resultados Transitados	Outras variações patrimoniais	Excedentes de reavaliação	Resultados Líquidos do Período	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	6	1 187 456,60	1 101 901,89	1 286 162,31	136 325,34	-258 140,14	3 453 706,00
Alterações no período							0,00
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações					-136 325,34		-136 325,34
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			-236 251,50			258 140,14	21 888,64
	7	0,00	-236 251,50	0,00	-136 325,34	258 140,14	-114 436,70
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8					-233 359,07	-233 359,07
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8					24 781,07	24 781,07
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO							0,00
Subsídios, doações e legados				13 340,02			13 340,02
	10	0,00	0,00	13 340,02	0,00	0,00	13 340,02
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2016	11=6+7+8+10	1 187 456,60	865 650,39	1 299 502,33	0,00	-233 359,07	3 119 250,25



Nota 1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Santa Casa Misericórdia de Reguengos Monsaraz é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS – Instituição Privada de Solidariedade Social, inscrita no livro das Irmandades das Misericórdias, a fls. 8, sob o número 7/81, em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 34.º do Estatuto das Instituições Privadas de Solidariedade Social, com sede em Av. Dr. António José d'Almeida, 16.

Tem como atividade principal a área social, nomeadamente Lar de Jovens, Creche, Jardim-de-infância, Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, Centro de Dia, Serviço de Apoio Domiciliário, Pólo de Apoio à Família, Atividades de Tempos Livres, Lar Residencial, Centro de Atividades Ocupacionais e Intervenção Precoce.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pela Mesa Administrativa, na reunião de 23 de março de 2017. As mesmas estão ainda sujeitas a parecer do Definitório, nos termos do Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Reguengos de Monsaraz.

A Mesa Administrativa entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Instituição, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

Nota 2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Sector não Lucrativo (SNC-ESNL).

Na preparação das demonstrações financeiras tomaram-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A entidade reconhece os rendimentos e gastos á medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras.



- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração de resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos e vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2016 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015.

As demonstrações financeiras são expressas em euros.

Nota 3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:

a) Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As Demonstrações Financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Santa Casa da Misericórdia de Reguengos de Monsaraz, mantidos de acordo com NCRF para as Entidades do Setor não Lucrativo em vigor á data da elaboração das demonstrações financeiras.

3.1.1. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As despesas subsequentes que a Instituição tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:



DESCRIÇÃO	VIDA ÚTIL ESTIMADA (ANOS)
Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	20 a 50
Equipamento básico	3 a 15
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 a 8
Outros Ativos fixos tangíveis	8 a 10

O ganho ou perda resultante da alienação ou abate de um ativos fixo tangível é determinado pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

As propriedades de investimento (terrenos e edifícios) foram reclassificadas como ativos fixos tangíveis, de acordo com o aviso nº 8259/2015 de 16 de julho, em consideração da norma aplicável ao período a partir 01/01/2016.

3.1.2. ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis.

3.1.3. INVENTÁRIOS

Os inventários de matérias subsidiárias foram valorizados pelo custo de aquisição.

3.1.4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF-ESNL 17 – Instrumentos financeiros.

3.1.4.1. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/irmãos/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/irmãos/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

3.1.4.2. Clientes e Outros Ativos Correntes

Os “Clientes” e os “Outros ativos correntes” encontram-se registados pelo seu custo.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente).

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente.

3.1.4.3. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” incluem caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

3.1.4.4. Fornecedores e Outros Passivos Correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.1.4.5. Locações

A locação operacional das rendas é reconhecida como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

3.1.5. SUBSÍDIOS DO GOVERNO

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Instituição irá cumprir com as condições a ele associadas e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis devem ser inicialmente reconhecidos nos Fundos Patrimoniais e subsequentemente, imputadas numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem. Consideram-se subsídios não reembolsáveis quando exista um acordo individualizado de concessão de subsídio a favor da Instituição, se tenham cumprido as condições estabelecidas para a sua concessão e não existam dúvidas de que os subsídios são recebidos.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos. Um subsídio pode tornar-se recebível pela Instituição como compensação por gastos ou perdas incorridos num período anterior. Um tal subsídio é reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível, com a divulgação necessária para assegurar que o seu efeito seja claramente compreendido.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados no mesmo exercício em que são reconhecidos os gastos das ações e atividades subsidiadas.

3.1.6. O RÉDITO

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que os benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.



3.1.7. JUÍZOS DE VALOR CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADA A ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas.

As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva.

3.1.8. ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.1.9. ESPECIALIZAÇÃO DOS EXERCÍCIOS

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas e são registadas nas rubricas de diferimentos.

b) Principais pressupostos relativos ao futuro

Com base na informação disponível e expectativas futuras, a SCM RM continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

c) Principais fontes de incerteza das estimativas

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras apresentadas.

3.3. ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NCRF-ESNL-DIVULGAÇÃO TRANSITÓRIA

A transição dos PGCA anteriores para NCRF-ESNL não afetou a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa relatados.

As presentes demonstrações financeiras de acordo com as NCRF-ESNL (alterações a partir de 01/01/2016) são as primeiras demonstrações financeiras apresentadas.

Não foram ajustados os comparativos de 2015.



Nota 4 – CAIXA, DEPÓSITOS BANCÁRIOS E OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS

A caixa e seus equivalentes incluem numerário, depósitos bancários, e detalha-se como segue:

RUBRICAS	2016	2015
Caixa		
Numerário/cheques	1 194,63	1 489,29
Sub-total	1 194,63	1 489,29
Depósitos bancários		
Depósitos à ordem	34 123,03	85 335,87
Sub-total	34 123,03	85 335,87
Total	35 317,66	86 825,16

Esses fluxos foram considerados de forma desagregada, pelas atividades operacionais, investimento e financiamento.

Nota 5 - ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Não se verificaram alterações significativas nas estimativas e erros.

**Nota 6 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS**

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e em 2015 o movimento ocorrido no montante dos ativos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

2016								
Descrição	Terrenos recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equip. básico	Equip. transporte	Equip. administ.	Outros ativos fixos tang.	Ati. Fixo tang. em curso	Total
ATIVO BRUTO								
Saldo inicial	649 386,16	3 354 002,57	759 361,91	183 183,28	145 335,41	136 394,71	13 235,78	5 240 899,82
Aquisições		71 392,07	1 782,61	13 137,74	1 384,62	617,07	56 857,62	145 171,73
Doações	12 000,00	38 000,00						50 000,00
Alienações		-275,49		-43 547,98		-3 890,27		-47 713,74
Transferências	79 934,44	308 731,54					-62 884,62	325 781,36
Outras variações		-136 325,34						-136 325,34
SALDO FINAL	741 320,60	3 635 525,35	761 144,52	152 773,04	146 720,03	133 121,51	7 208,78	5 577 813,83
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS								
Saldo inicial	0,00	945 507,22	600 242,42	180 933,28	131 389,88	118 486,79	0,00	1 976 559,59
Amortizações do exercício		65 088,44	29 602,09	5 534,43	5 697,36	3 472,25		109 394,57
Alienações		-275,49		-43 547,98		-3 290,27		-47 113,74
Transferências		82 297,78						82 297,78
Outras variações		-13 935,86						-13 935,86
SALDO FINAL	0,00	1 078 682,09	629 844,51	142 919,73	137 087,24	118 668,77	0,00	2 107 202,34
ATIVO LÍQUIDO	741 320,60	2 556 843,26	131 300,01	9 853,31	9 632,79	14 452,74	7 208,78	3 470 611,49
2015								
Descrição	Terrenos recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equip. básico	Equip. transporte	Equip. administ.	Outros ativos fixos tang.	Ati. Fixo tang. em curso	Total
ATIVO BRUTO								
Saldo inicial	649 386,16	3 227 007,41	756 690,13	183 183,28	144 204,40	133 393,07	117 501,49	5 211 365,94
Aquisições		15 439,68	2 671,78		1 131,01	3 001,64	7 289,77	29 533,88
Transferências		111 555,48					-111 555,48	0,00
Outras variações								0,00
SALDO FINAL	649 386,16	3 354 002,57	759 361,91	183 183,28	145 335,41	136 394,71	13 235,78	5 240 899,82
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS								
Saldo inicial	0,00	885 907,01	569 868,17	178 683,28	123 894,57	113 901,84	0,00	1 872 254,87
Amortizações do exercício		59 600,21	30 374,25	2 250,00	7 495,31	4 584,95		104 304,72
SALDO FINAL	0,00	945 507,22	600 242,42	180 933,28	131 389,88	118 486,79	0,00	1 976 559,59
ATIVO LÍQUIDO	649 386,16	2 408 495,35	159 119,49	2 250,00	13 945,53	17 907,92	13 235,78	3 264 340,23



A entrada em vigor do Decreto-Lei nº. 98/2015, de 2 de junho, levou ao reconhecimento das Propriedades de Investimento como Ativo Fixo Tangível.

2016			
Descrição	Terrenos recursos naturais	Edifícios e outras construções	Total
ATIVO BRUTO			
Saldo inicial	79 934,44	308 731,54	388 665,98
Transferências	-79 934,44	-308 731,54	-388 665,98
SALDO FINAL	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS			
Saldo inicial	0,00	82 297,78	82 297,78
Transferências		-82 297,78	-82 297,78
SALDO FINAL	0,00	0,00	0,00
ATIVO LÍQUIDO	0,00	0,00	0,00

2015			
Descrição	Terrenos recursos naturais	Edifícios e outras construções	Total
ATIVO BRUTO			
Saldo inicial	79 934,44	308 731,54	388 665,98
Aquisições			
SALDO FINAL	79 934,44	308 731,54	388 665,98
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS			
Saldo inicial	0,00	76 231,17	76 231,17
Amortizações do exercício	0,00	6 066,61	6 066,61
SALDO FINAL	0,00	82 297,78	82 297,78
ATIVO LÍQUIDO	79 934,44	226 433,76	306 368,20

**Nota 7 – ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e em 2015 o movimento ocorrido no montante dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

2016		
Descrição	Outros Ativos Fixos Intangíveis	Total
ATIVO BRUTO		
Saldo inicial	70 203,79	70 203,79
SALDO FINAL	70 203,79	70 203,79
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS		
Saldo inicial	46 797,84	46 797,84
Amortizações do exercício	23 405,95	23 405,95
SALDO FINAL	70 203,79	70 203,79
ATIVO LÍQUIDO	0,00	0,00

2015		
Descrição	Terrenos recursos naturais	Total
ATIVO BRUTO		
Saldo inicial	70 203,79	0,00
SALDO FINAL	70 203,79	70 203,79
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS		
Saldo inicial	23 398,92	23 398,92
Amortizações do exercício	23 398,92	23 398,92
SALDO FINAL	46 797,84	46 797,84
ATIVO LÍQUIDO	23 405,95	23 405,95

O ativo intangível registado nesta rubrica resultou de uma candidatura efetuada em 2014, ao Programa de Doação da Microsoft, da qual a Instituição beneficiou de um donativo referente a 248 licenças de software.

**Nota 8 - INVENTÁRIOS E CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS**

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 as rubricas de “Inventários” e “Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas” apresentavam os seguintes valores:

Inventários	Bens Alimentares	Bens Não Alimentares	Total
Saldo inicial	8 222,08	8 417,24	16 639,32
Saldo final	5 541,88	8 065,34	13 607,22

Demonstração dos custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	2016	2015
Saldo inicial	16 639,32	8 149,14
Compras	294 626,85	238 816,52
Regularizações	-1 473,15	0,00
Saldo final	13 607,22	8 222,08
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	296 185,80	238 743,58

Nota 9 - VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

Em 31 de dezembro de 2016 e em 2015 a rubrica “Vendas e serviços prestados” apresenta a seguinte composição:

RUBRICAS	2016	2015
Vendas	1 626,08	5 978,70
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	596 935,04	625 971,93
Quotas dos Irmãos	3 945,00	3 970,00
Publicidade Boletim	2 439,03	2 398,37
TOTAL	604 945,15	638 319,00

Na maioria das rubricas de vendas e serviços prestados, verifica-se uma diminuição de 2015 para 2016.

A diminuição nas vendas deve-se ao encerramento da atividade Horta de S. José em abril e a diminuição nas prestações de serviços deve-se não só à diminuição do número de clientes na maioria das respostas sociais, mas também ao valor das mensalidades, uma vez que estas são calculadas de acordo com os rendimentos familiares.

**Nota 10 - SUBSÍDIOS E DOAÇÕES**

A 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Instituição tinha os seguintes saldos nas rubricas:

a) Subsídios à exploração e doações

RUBRICAS	2016	2015
Subsídios à exploração		
Instituto da Segurança Social, IP (ISS,IP)		
Infância e Juventude	345 737,72	492 877,10
Invalidez e Reabilitação	325 319,80	317 260,08
Terceira Idade	284 468,35	284 098,38
Família e Comunidade	107 018,08	104 224,90
ARS	37 238,64	37 881,24
IEFP	8 741,75	23 449,47
Fundação Calouste Gulbenkian	0,00	22 500,00
Outros	1 750,00	1 750,00
Doações	12 324,37	9 779,61
TOTAL	1 122 598,71	1 293 820,78

A diminuição no subsídio atribuído pelo ISS, IP deve-se ao encerramento do Lar de Infância e Juventude no final de maio de 2015 e, por conseguinte, o não recebimento do subsídio a partir desta data.

O aumento na área da Família e comunidade deve-se ao acréscimo de refeições apoiadas na Cantina Social fruto da conjuntura económica.

A diminuição no subsídio atribuído pelo IEPF deve-se ao encerramento dos projetos de 2016 e à não aprovação de novos projetos.

O projeto da Fundação Calouste Gulbenkian encerrou em 2015.

b) Subsídios ao investimento e doações

Outras Variações nos fundos patrimoniais	2015	2016				2016
	Saldo Final	Recebimentos de subsídios/ doações	Registo de subsídios/ doações	Subsídios por receber	Reconhecimento subsídio/ doações	Saldo Final
SUBSÍDIOS						
PIDACC						
Remodelação Lar N.ª Senhora Fátima	116 255,46				-3 522,84	112 732,62
Remodelação Antigo Hospital	225 838,02				-6 273,24	219 564,78
Outros Subsídios da Seg. Social						
Centro de Atividades Ocupacionais	71 856,08				-1 995,96	69 860,12
Outras Entidades	0,00					
Remodelação do Lar D. Josefa Valadas Costa	199 565,09				-6 047,40	193 517,69
Fundação Calouste Gulbenkian	35 179,17				-3 316,51	31 862,66
Telhados da Horta de S. José	11 248,65				-249,96	10 998,69
Multifunções - Quinta do Gião	183 802,98				-3 999,96	179 803,02
INALENTEJO-FEDER	15 809,33			7 659,54	-3 006,36	12 802,97
Lavandaria Central/Cobertura Armazém	146 016,50				-12 368,52	133 647,98
Fundo Rainha D. Leonor	0,00		41 663,44		-833,27	40 830,17
DOAÇÕES						
Doações	280 591,03		50 000,00		-36 709,40	293 881,63
TOTAL	1 286 162,31	0,00	91 663,44	7 659,54	-78 323,42	1 299 502,33

Outras Variações nos fundos patrimoniais	2014	2015				2015
	Saldo Final	Recebimentos de subsídios/ doações	Registo de subsídios/ doações	Subsídios por receber	Reconhecimento subsídio/ doações	Saldo Final
SUBSÍDIOS						
PIDACC						
Remodelação Lar N.ª Senhora Fátima	119 778,30				-3 522,84	116 255,46
Remodelação Antigo Hospital	232 111,26				-6 273,24	225 838,02
Outros Subsídios da Seg. Social						
Centro de Atividades Ocupacionais	73 852,04				-1 995,96	71 856,08
Outras Entidades						
Remodelação do Lar D. Josefa Valadas Costa	205 612,49				-6 047,40	199 565,09
Fundação Calouste Gulbenkian	38 906,17				-3 727,00	35 179,17
Telhados da Horta de S. José	11 498,61				-249,96	11 248,65
Multifunções - Quinta do Gião	187 802,94				-3 999,96	183 802,98
INALENTEJO-FEDER	18 815,69			7 659,54	-3 006,36	15 809,33
Lavandaria Central/Cobertura Armazém	158 143,98				-12 127,48	146 016,50
DOAÇÕES						
Doações	308 427,43				-27 836,40	280 591,03
TOTAL	1 354 948,91	0,00	0,00	7 659,54	-68 786,60	1 286 162,31

O Subsídio recebido da Fundação Rainha D. Leonor, diz respeito ao projeto de “obras de alteração da residência para pessoas com deficiência”. Este projeto teve um investimento total de € 50.698,62, o qual foi objeto de uma candidatura para o seu financiamento ao Fundo



Rainha D. Leonor, que mereceu aprovação e consequentemente uma comparticipação financeira no valor de € 41.663,44, de cerca de 82,18%.

O valor de €50.000,00 registado na rubrica de Doações, diz respeito à doação do prédio urbano sito na Rua das Áreas de Baixo, n.º 16, em Reguengos de Monsaraz, e que foi avaliado por perito oficial em novembro de 2016. (vide ponto 7.3 do Relatório).

Nota 11 – TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE

Os “trabalhos para a própria entidade” dizem respeito aos produtos hortofrutícolas produzidos na Horta de S. José e que são consumidos na Instituição.

Nota 12 - PESSOAL AO SERVIÇO NA INSTITUIÇÃO

Os benefícios de empregados incluem salários, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal, serviço de disponibilidade, isenção de horário de trabalho, abono para falhas, e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Mesa Administrativa.

As obrigações decorrentes dos benefícios são reconhecidas como um gasto no período em que os serviços são prestados.

O número de pessoas ao serviço da Instituição em 31 de dezembro de 2016 e 2015 era de 100 e 106 respetivamente.

Os gastos que a Instituição incorreu com os funcionários foram os seguintes:

RUBRICAS	2016	2015
Remunerações aos Órgãos Sociais	3 000,00	2 750,00
Remunerações ao pessoal	1 038 234,52	1 134 021,13
Encargos sobre as Remunerações	233 327,37	252 963,20
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	7 093,91	5 844,83
Indemnizações	60 407,17	44 593,36
Formação Profissional	102,25	1 041,20
Outros Gastos com o Pessoal		
IEFP	6 241,55	48 060,69
Outros	1 486,62	842,99
Total	1 349 893,39	1 490 117,40

Da análise dos dados acima disponíveis verifica-se que a Santa Casa da Misericórdia terminou o ano de 2016 com um decréscimo de cerca de 9% das despesas com o pessoal, face ao período homólogo do ano anterior. Este decréscimo deve-se à rescisão dos contratos do pessoal do LIJ a partir de maio de 2015 e diminuição do pessoal, nomeadamente pessoal afeto à Horta de S. José, à área do Idoso, à área da Deficiência e dos Serviços Administrativos.

Nota 13 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos”, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, é detalhada conforme se segue:

RUBRICAS	2016	2015
Subcontratos	330,00	3 317,75
Serviços Especializados		
Trabalhos especializados	9 816,63	11 392,18
Publicidade e Propaganda	578,10	1 548,08
Vigilância e Segurança	4 892,46	4 110,74
Honorários	43 665,97	40 962,62
Comissões	648,85	698,30
Conservação e reparação	36 626,61	31 434,15
Outros	1 558,80	1 030,10
Materiais		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	899,72	1 139,31
Livros de documentação técnica	125,00	0,00
Material de escritório	2 278,79	5 335,40
Artigos para oferta	841,33	309,85
Outros	36,43	3 161,41
Energia e fluidos		
Eletricidade	44 010,19	46 064,14
Combustíveis		
Gasóleo Veículos	16 358,56	17 111,49
Gasóleo Aquecimento	18 912,00	19 925,61
Óleo	0,00	10,15
Gás	27 022,50	28 140,88
Outros Combustíveis	101,13	160,35
Água	16 072,59	13 955,49
Deslocações, estadas e transportes		
Deslocações e estadas	2 311,70	8 293,56
Serviços diversos		
Rendas e alugueres	7 279,73	998,18
Comunicação	11 106,92	16 565,63
Seguros	10 007,76	10 776,05
Contencioso e notariado	545,95	596,90
Despesas de representação	289,75	238,30
Limpeza, higiene e conforto	1 371,00	66 019,71
Outros serviços		
Vestuário e Calçado de Utentes	5 650,45	2 657,62
Encargos de Saúde com Utentes	34 353,98	41 586,90
Encargos de Saúde com Animais	164,00	343,11
Material Didático	983,66	4 699,86
Inspeção de Veículos	579,73	481,60
Outros	1 874,79	5 979,71
Outros		
TOTAL	301 295,08	389 045,13



Verifica-se um aumento mais significativo nas seguintes rubricas:

Honorários – nomeadamente honorários referentes a serviços de advocacia referentes ao processo do LIJ.

Conservação e reparação – aumento das reparações na Praça de Touros e em alguns veículos automóveis.

Água – aumento no consumo de água na cozinha.

Rendas e alugueres – alteração da contabilização dos gastos com o aluguer da central de comunicação, que eram contabilizados na rubrica de comunicações.

Encargos de saúde com utentes – alteração da contabilização dos gastos com transporte em ambulância dos clientes da ERPI, que eram contabilizados na conta de rubrica de deslocações.

Verifica-se uma diminuição mais significativa nas seguintes rubricas:

Subcontratos – nomeadamente medicina no trabalho. Em 2016 rescindimos contrato com a empresa que prestava os serviços de medicina no trabalho e efetuou-se um novo concurso no último trimestre do ano, pelo que em 2016 nenhum colaborador foi à medicina do trabalho.

Material de escritório, Outros materiais e Material didático – alteração da contabilização do consumo de matérias subsidiárias não alimentares que “passam” em armazém, do mesmo modo que as alimentares. Assim o consumo destas despesas passou a ser contabilizado na conta 61 – CMVMC.

Eletricidade – diminuição do consumo de eletricidade no edifício do antigo LIJ.

Deslocações, estadas e transportes - alteração da contabilização dos gastos com transporte em ambulância dos clientes da ERPI, que passaram a ser contabilizados na rubrica encargos de saúde com utentes.

Comunicação - alteração da contabilização dos gastos com o aluguer da central de comunicação, que passaram a ser contabilizados na rubrica de rendas e alugueres.

Outros – em 2015 registaram-se despesas com formador da Formação do projeto “Aprender a SER” da Fundação Caloust Gulbenkian.

**Nota 14 - OUTROS RENDIMENTOS**

A rubrica “Outros Rendimentos”, nos anos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, detalha-se da seguinte forma:

RUBRICAS	2016	2015
Rendimentos suplementares	18 393,76	19 003,79
Descontos de pronto pagamento obtidos	1 430,93	1 495,29
Ganhos em Inventários	99,56	0,00
Rendimentos nos restantes Ativos Financeiros	577,98	0,00
Alienação de Ativos Fixos Tangíveis	11 278,00	0,00
Rendimento de Imóveis	3 797,85	5 539,96
Rendimento de Propriedades Rústicas	61 956,57	25 114,07
Exploração da Praça de Toiros	18 000,00	15 000,00
Exploração Bar Praça Toiros	1 700,00	1 700,00
Horta S. José	250,00	0,00
Correções relativas a períodos anteriores	11 085,20	2 450,77
Imputação de subsídios para investimentos e doações	70 067,31	68 786,60
Outros	3 849,23	2 768,48
Juros Obtidos	4,40	0,00
TOTAL	202 490,79	141 858,96

Rendimentos de Propriedades Rústicas – primeiro ano dos novos contratos de arrendamento.

Correções relativas a períodos anteriores – correção de saldo de clientes e recebimento de subsídio do IEFP do ano anterior.

O valor de €4,40 diz respeito ao valor dos juros da alienação do título “Certificado de Renda Perpétua nº 204”, em nome da Instituição na CGD.

Nota 15 - OUTROS GASTOS

A decomposição da rubrica de “Outros gastos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é conforme se segue:

RUBRICAS	2016	2015
Impostos	2 331,01	589,59
Dívidas incobráveis -quotizações	52,50	3 171,12
Correções relativas a períodos anteriores	7 124,10	12 908,71
Pirilampo mágico	1 407,40	1 331,00
Devoluções (comparticipações familiares, abonos, pensões)	0,00	731,84
Donativos	36,44	80,00
Reembolso Cantina Social a IPSS	13 517,50	29 237,50
Outros Gastos	12 794,02	13 572,82
TOTAL	37 262,97	61 622,58



Dívidas incobráveis – diminuição no número de falecimentos e desistências de irmãos com quotas em dívida.

Reembolso Cantina Social a IPSS - Diminuição de refeições da cantina social, asseguradas pelo Centro Social e Paroquial N.º Sr.ª. do Rosário (S. Pedro do Corval).

Nota 16 - GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÕES E DE AMORTIZAÇÕES

A decomposição da rubrica de “Gastos / reversões de depreciação e de amortização” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e em 2015 é conforme se segue:

RUBRICAS	2016	2015
Propriedades de investimento	0,00	6 066,61
Ativos fixos tangíveis	109 394,57	104 304,72
Ativos fixos intangíveis	23 405,95	23 398,92
TOTAL	132 800,52	133 770,25

Propriedades de Investimento – transferência para Ativos Fixos Tangíveis.

Nota 17 - JUROS E RENDIMENTOS E SIMILARES OBTIDOS

A decomposição da rubrica de “Juros e rendimentos e similares obtidos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e em 2015 é conforme se segue:

RUBRICAS	2016	2015
Juros obtidos		6 289,57
TOTAL		6 289,57

Nota 18 - OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Os outros investimentos detidos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são detalhados conforme se segue:

RUBRICAS	2016	2015
Investimento financeiros não correntes		
C.G.D. 98 Valor Real	0,00	302,69
Ações - Soc. Ind. Farmacêutica CGD	0,00	144,65
Renda Perpétua 204 CGD	0,00	23,61
Fundo de compensação do trabalho	2 693,03	2 248,95
TOTAL	2 693,03	2 719,90



Correção contabilística do título "C.G.D. 98 Valor Real"; "abatimento" dos títulos "Ações - Soc. Ind. Farmacêutica CGD" por não serem passíveis de serem transacionados; venda do título "Renda Perpétua 204 CGD".

Nota 19 – CRÉDITOS A RECEBER

O detalhe da rubrica "Clientes", registados em Créditos a Receber - Ativos correntes, em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são detalhados conforme se segue:

RUBRICAS	2016	2015
Clientes		
Jardim-de-infância	2 299,55	1 298,33
Creche	532,74	1 421,50
Atividades tempos livres	50,51	332,00
Lar de Infância e Juventude	151,15	151,15
Estrutura residencial para pessoas idosas	5 397,69	6 285,78
Centro dia	10,00	587,13
Serviço de apoio domiciliário	1 277,94	1 404,75
Centro de atividades ocupacionais	30,00	270,00
Residência p/pessoas portadoras de deficiência	429,86	190,34
Horta de S. José	157,59	760,39
Clientes Gerais	3 000,00	0,00
TOTAL	13 337,03	12 701,37

Considerando o perfil da antiguidade das contas a receber de clientes, e analisando a recuperabilidade das mesmas, as perdas de imparidade para as contas a receber foram calculadas considerando:

1. a análise da antiguidade das contas a receber;
2. o perfil de risco do cliente;
3. as condições financeiras dos clientes.

RUBRICAS	2016	2015
Imparidades de dívidas a receber		
Clientes		
Jardim-de-infância	1 333,89	2 907,84
Creche	884,83	2 926,52
Atividades tempos livres	426,00	1 996,06
Estrutura residencial para pessoas idosas	260,36	26 912,98
Centro Dia	587,13	0,00
Serviço de apoio domiciliário	404,61	3 201,92
Centro de atividades ocupacionais	405,00	270,00
Residência p/pessoas portadoras de deficiência	0,00	1 356,52
Reversões de dívidas a receber		
Clientes		
Residência p/pessoas portadoras de deficiência	1 356,52	0,00
TOTAL	2 945,30	39 571,84

**Nota 20 - ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS**

O detalhe da rubrica “Estado e outros entes públicos”, registados em ativos correntes, nos anos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é conforme se segue:

RUBRICAS	2016	2015
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS		
Retenção de imposto sobre o rendimento de Trabalho Independente	66,67	66,67
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA) - Reembolsos pedidos	21 978,33	11 320,65
TOTAL	22 045,00	11 387,32

Nota 21 - FUNDADORES/BENEMÉRITOS/PATROCINADORES/IRMÃOS/MEMBROS

O detalhe da rubrica “Fundadores/beneméritos/Patrocinadores/Irmãos/ membros”, registados em ativos correntes, nos anos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é conforme se segue:

RUBRICAS	2016	2015
Fundadores/beneméritos/Patrocinadores/Irmãos/membros		
IRMÃOS		
Quotizações	870,00	663,00
TOTAL	870,00	663,00

Nota 22- DIFERIMENTOS ATIVOS

O detalhe da rubrica “Diferimentos ativos”, nos anos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, é conforme se segue:

RUBRICAS	2016	2015
GASTOS A RECONHECER		
Seguros	4 052,37	5 200,12
Segurança	374,13	350,22
Aluguer da fotocopiadora	689,04	689,04
Honorários	0,00	94,10
TOTAL	5 115,54	6 333,48

Nota 23 – OUTROS ATIVOS CORRENTES

O detalhe da rubrica “Outras contas a receber”, registados em ativos correntes, nos anos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é conforme se segue:

RUBRICAS	2016	2015
Devedores por acréscimo de rendimento		
Compensação das educadoras	31 266,24	32 783,40
Quotizações	0,00	3 388,00
Cantina Social	6 580,00	6 515,00
União Misericórdias Portuguesas	1 000,00	0,00
Outros acréscimos de rendimentos	902,15	0,00
Devedores diversos		
Fornecedores	2 187,42	0,00
Pessoal	350,00	836,85
Município de Reguengos de Monsaraz	497,12	4 560,36
IEFP	1 470,18	8 203,07
Centro Distrital Segurança Social	1 258,39	2 235,89
Fundos permanentes	40,00	9,74
Administração Regional de Saúde	19,76	19,74
Outros		
Publicidade	1 250,05	650,04
INALENTEJO-FEDER	7 659,54	7 659,54
Rendas	11 437,88	0,00
Venda Pastagens	3 508,02	3 508,02
Outros	3 367,25	1 088,45
TOTAL	72 794,00	71 458,10

Compensação das educadoras – Este valor varia conforme o vencimento das educadoras que estão afetas ao Jardim-de-infância, de acordo Protocolo de Cooperação do Pré-Escolar de 97/98, celebrado entre o Ministério da Educação, o Ministério da Solidariedade e Segurança Social e a União das Misericórdias Portuguesas.

Cantina Social – O valor diz respeito às refeições de dezembro de 2016.

Município de Reguengos de Monsaraz – Faturação das refeições servidas pela Instituição.

Centro Distrital Segurança Social - Valor das comparticipações retido para o Fundo de Reestruturação da Segurança Social e reembolso de funeral.

Rendas – renda da Herdade da Margalha e das casas da Praça de Touros.

**Nota 24 - FUNDOS PATRIMONIAIS**

O detalhe da rubrica “Fundos Patrimoniais”, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, é conforme se segue:

RUBRICAS	2016	2015
FUNDOS PATRIMONIAIS		
Fundo Social	1 187 456,60	1 187 456,60
Resultados transitados	865 650,39	1 101 901,89
Excedentes de revalorização	0,00	136 325,34
Outras variações nos fundos patrimoniais:		
Subsídios	1 005 620,70	1 005 571,28
Doações	293 881,63	280 591,03
Sub total		1 286 162,31
TOTAL	3 352 609,32	3 711 846,14

O saldo da conta dos Resultados Transitados em 2016 resulta da aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2015 e da correção feita na rubrica Excedentes de revalorização que estava contabilizada indevidamente.

Nota 25 - PROVISÕES

As Provisões dizem respeito a processos em tribunal e coimas, que foram constituídas devido à existência de incerteza, até 31 dezembro, acerca da sua tempestividade ou quantia futura necessários para a sua liquidação.

Descrição	Valor
Proc. 208/11.3TARMZ - Indemnização cível do processo judicial do ex-Lar de Infância e Juventude	42 980,00
Proc. Nº 2283/16.5 T8EVR - Créditos laborais emergentes de contato de trabalho - ex-Lar de Infância e Juventude	1 248,19
Proc. Contraordenacional nº 201600016660 - falta de afixação, em local bem visível do mapa semanal de ementas - Lar Residencial e CAO	275,00
Proc. Contraordenacional nº 201600016409 - funcionamento do estabelecimento com excesso de lotação em relação à capacidade autorizada e inexistência de pessoal com categoria profissional e afetação adequadas à atividade desenvolvida no estabelecimento e indicado no respetivo mapa - ATL	5 025,00
	49 528,19

Nota 26 - ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

O detalhe da rubrica "Estado e outros entes públicos", saldos credores, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é conforme se segue:

RUBRICAS	2016	2015
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS		
Retenção de impostos sobre o rendimento	14 183,13	13 347,13
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	72,12	3 205,71
Contribuições para a Segurança Social	44 349,00	49 063,40
Outras Contribuições	68,07	155,45
TOTAL	58 672,32	65 771,69

Nota 27 - DIFERIMENTOS PASSIVOS

O detalhe da rubrica "Diferimentos", nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, é conforme se segue:

RUBRICAS	2016	2015
RENDIMENTOS A RECONHECER		
Renda habitações praça toiros	0,00	9,00
Exploração da praça de toiros	0,00	18 000,00
Rendimentos prédios rústicos	14 501,50	3 000,00
Comparticipações familiares	2 080,00	235,00
Subsídios do IEFP	0,00	8 741,75
TOTAL	16 581,50	29 985,75

Nota 28 – OUTROS PASSIVOS CORRENTES

O detalhe da rubrica "Outros passivos correntes" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é conforme se segue:

RUBRICAS	2016	2015
Outros passivos correntes		
Fornecedores de investimento	13 137,74	0,00
Credores diversos		
Remunerações a liquidar	178 394,23	178 680,63
Outros	12 924,87	27 289,49
TOTAL	204 456,84	205 970,12

Nota 29 - FORNECEDORES

No âmbito da atividade normal da Instituição as faturas da maioria dos fornecedores são pagas até ao dia 25 do mês seguinte.



O detalhe da rubrica “Fornecedores” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é conforme se segue:

RUBRICAS	2016	2015
Fornecedores		
Fornecedores c/c	47.901,87	47 408,47
TOTAL	47.901,87	47 408,47

Nota 30 – FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal. Os encargos financeiros são registados na demonstração dos resultados no momento em que são incorridos, de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

Foi contraído um empréstimo de curto prazo no montante total de €200.000,00, concedido pela Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Alentejo Central, C.R.L. conforme “*CONTRATO DE MÚTUO COM LIVRANÇA*”, celebrado no dia 20 de abril de 2016. A 31 de dezembro tinham sido utilizados €140.000,00 e não obstante as várias diligências com vista à alienação de bens imóveis, de acordo com a autorização expressa pela Assembleia Geral, na sua reunião de 31 de março de 2016, todas elas se revelaram infrutíferas, não permitindo, por isso, amortizar no todo ou em parte o montante utilizado.

Nota 31 - DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, para 2016, foram de €3.690,00€ com IVA incluído à taxa de 23%.

Nota 32 - ACONTECIMENTOS APÓS DATA DE BALANÇO

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Nota 33 – MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO, DE DIREÇÃO OU DE SUPERVISÃO

Os Órgãos Sociais em funções foram eleitos em 26 de janeiro de 2017 para o quadriénio 2017 a 2020.

- a) **Quantias dos adiantamentos e dos créditos concedidos, taxas de juro, principais condições e quantias reembolsadas, amortizadas ou objeto de renúncia;**

Não foram efetuados quaisquer tipos de adiantamentos a membros dos Órgãos Sociais da Santa Casa da Misericórdia de Reguengos de Monsaraz, como sejam os membros da Assembleia Geral, a Mesa Administrativa e Definitório.

- b) **Compromissos assumidos em seu nome a título de garantias de qualquer natureza, e quantia global para cada categoria;**

Não existem compromissos assumidos em nome dos membros dos Órgãos Sociais da Santa Casa da Misericórdia de Reguengos de Monsaraz.

- c) **Remunerações dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão**

Os Órgãos Sociais da Santa Casa da Misericórdia de Reguengos de Monsaraz, não são remunerados.

11. PROPOSTA

No uso da sua competência legal e estatutária, a Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Reguengos de Monsaraz, propõe que a Assembleia Geral delibere:

- a) **Aprovar o Relatório e Contas de 2016;**
b) **Que o Resultado Líquido do Exercício de 2016, no montante negativo de € 233 359,07, seja transferido para “Resultados Transitados”.**

Reguengos de Monsaraz, 23 de março de 2017.

O Contabilista Certificado,

A Mesa Administrativa,

Isabel Raulino Dias Castro

MARCEL ANTONIO CONDE GALANTE

Fernando Manuel Costa Silva

João Filipe Botelho Lopes

João Filipe Santos Lopes

Francisco Francisco Brás Pereira da Silva

Francisco Francisco Brás Pereira da Silva

Francisco Francisco Brás Pereira da Silva



Santa Casa da Misericórdia de Reguengos de Monsaraz
DEFINITÓRIO

PARECER DO DEFINITÓRIO

EXERCÍCIO DE 2016

Aos Excelentíssimos Irmãos da Santa Casa da Misericórdia de Reguengos de Monsaraz,

Nos termos da Lei e do Compromisso, apresentamos à vossa consideração o nosso Parecer sobre os documentos de prestação de contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, da SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE REGUENGOS DE MONSARAZ.

O Definitório tomou conhecimento da evolução da actividade, desta Irmandade, através das suas reuniões regulares, da análise da informação contabilística e dos contatos com a Mesa Administrativa e com o Serviço de Contabilidade, tendo sido facultada a informação e prestados os esclarecimentos necessários ao desempenho das suas funções.

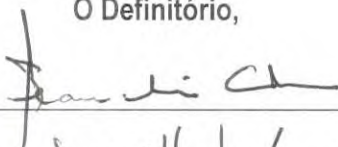
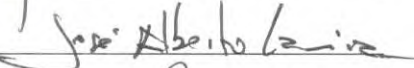
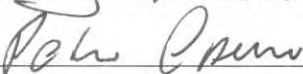
Durante o período em análise foi verificada a regularidade dos registos contabilísticos e os documentos que lhes servem de suporte.

O Relatório da Mesa Administrativa descreve a evolução das operações económico-financeiras, a situação patrimonial da Irmandade e está em conformidade com as demonstrações financeiras apresentadas, proporcionando, o conjunto dos documentos de prestação de contas, um esclarecimento adequado dos resultados e da situação financeira da Santa Casa da Misericórdia, no final do exercício.

Assim, tendo em consideração as análises e exames efetuados, as informações e esclarecimentos que lhe foram prestados e o conteúdo do relato, o Definitório é de PARECER que os documentos de prestação de contas, em todos os aspetos materialmente relevantes, estão em condições de serem aprovados.

Reguengos de Monsaraz, 28 de março de 2017.

O Definitório,

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE REGUENGOS DE MONSARAZ** que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de **3.636.390,97** euros e um total de fundos patrimoniais de **3.119.250,25** euros, incluindo um resultado líquido negativo de **233.359,07** euros), a demonstração dos resultados por naturezas, Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

O nosso exame não abrangeu as demonstrações financeiras apresentadas para efeitos de comparativos referentes ao exercício de 2015. Estas demonstrações financeiras foram examinadas por outra Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que, a 31 de março de 2016, emitiu a respetiva Certificação Legal das Contas, sem reservas e sem ênfases.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido

Até

a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais

Évora, 28 de março de 2017

Rosário, Graça & Associados, SROC, Lda.,
representada por


Andreia Isabel Inácio Teles

(ROC n.º 1503 – CMVM n.º 20161113)